



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
IFCE *CAMPUS* CAUCAIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM REDE
NACIONAL

FRANCISCO FELIPE GOMES FEITOZA

**DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO DE UNIDADE DIDÁTICA
DE CURSO A DISTÂNCIA: FORTALECENDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

CAUCAIA

2025

FRANCISCO FELIPE GOMES FEITOZA

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO DE UNIDADE DIDÁTICA DE
CURSO A DISTÂNCIA: FORTALECENDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – PROEF/IFCE – *Campus Caucaia.*, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação Física. Linha de pesquisa: Abordagens Metodológicas e processos de ensino e aprendizagem. Área de concentração: Educação Física Escolar

Orientador: Prof. Dr. Valter Cordeiro Barbosa Filho.

CAUCAIA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI

Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F311d Feitoza, Francisco Felipe Gomes.
Desenvolvimento e validação de conteúdo de unidade didática de curso a distância: fortalecendo práticas pedagógicas da educação física escolar na perspectiva da educação inclusiva / Francisco Felipe Gomes Feitoza. - 2025.
119 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado em Rede Nacional de Educação Física, Campus Caucaia, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Valter Cordeiro Barbosa Filho.
1. Educação Física Inclusiva. 2. Conteúdo de Unidade Didática. 3. Formação Continuada. 4. Produto Educacional. I. Título.
-

FRANCISCO FELIPE GOMES FEITOZA

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO DE UNIDADE DIDÁTICA DE
CURSO A DISTÂNCIA: FORTALECENDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – PROEF/IFCE – *Campus Caucaia.*, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação Física. Linha de pesquisa: Abordagens Metodológicas e processos de ensino e aprendizagem. Área de concentração: Educação Física Escolar

Aprovado (a) em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valter Cordeiro Barbosa Filho (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Raphael Moreira Martins (titular interno)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará –IFCE

Profª. Dra. Anne Ribeiro Streb (titular externa)
Universidade Estadual Ceará – UECE

Dedico esse trabalho a Deus e a todos(as) que me apoiaram e me apoiam em toda a minha trajetória, pessoal e profissional: meus amados pais, meus irmãos e irmãs, meus amigos(as), meus professores(as), colegas e a todos aqueles que acreditam e se dedicam dia a dia por uma educação de qualidade

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato puro de reconhecimento, uma ação a qual considero necessária à vida. Dito isso, agradeço primeiro a Deus, que me disponibilizou força e fé em tempos difíceis, bem como sabedoria para saber lidar com os demais processos de minha trajetória de vida.

Aos meus pais: Francisca Francilda & Francisco Gomes, dois seres de puro amor e acolhimento que eu amo com todas as minhas forças, ambos estiveram presentes em toda a minha vida até a data que vos segue, seja pessoal, acadêmica ou profissional. Basicamente nunca me deixaram fraquejar, e do jeito deles, forneceram afeto e apoio sempre, ações essas que eu humildemente venho retribuindo com tudo que posso.

Aos meus queridos(as) irmãos(ãs) que, mesmo estando longe, sempre torceram por mim, ajudando e fornecendo apoio na medida do possível: Maria Simone, Fernanda Feitosa, Maria do Carmo e José Danilo.

Aos queridos amigos, em especial, agradeço a Paulinha Pinheiro & André Silva, pelo amplo incentivo e parceria, etc. Inclusive, foi ela (Paulinha) quem me apresentou ao PROEF e insistiu na tentativa, me orientando e apoiando, já ele (André) me acolheu e incentivou em momentos de dificuldade e incertezas, não só no período de curso de Mestrado, mas em outros momentos da vida também, teria sido muito mais difícil sem eles. Por isso sou muito grato aos dois, assim como outros que de alguma forma contribuíram nesse processo.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF), à Universidade Estadual Paulista (UNESP) e ao Instituto Federal do Ceará (IFCE) por oportunizar formação permanente qualificada para nós professores de educação básica da rede pública de ensino.

Ao corpo docente da primeira turma do PROEF do IFCE: Prof. Dr. Nilson Vieira Pinto, Prof. Dr. Raphaell Moreira Martins, Prof. Dr. Valter Cordeiro Barbosa Filho e Prof.^a Dra. Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, assim como aos que vieram (e virão) posteriormente, por todo zelo, dedicação e partilhas construtivas em nossa jornada de formação continuada profissional.

Em especial, sou muito grato ao Prof. Dr. Valter Cordeiro Barbosa Filho, que foi meu orientador, e a Prof.^a Dra. Magna Leilane da Silva, que não faz parte do programa, mas coordenou o grupo de trabalho referente ao Produto Educacional (PE), aos dois, muito obrigado por todo cuidado, acompanhamento, e pela flexibilidade na orientação da construção dessa dissertação e do PE.

Também de modo especial, tenho um forte sentimento de gratidão ao Prof. Dr. Raphaell Moreira Martins, uma figura sublime na qual me espelho, admiro-o fortemente não apenas pela

sua competência inquestionável, mas também pelo seu caráter e aspecto humano notável. Muito obrigado pelos seus conselhos, orientações e exemplo!

Ao corpo discente da nossa turma: Eliaquim, Lucas, Igor, Rodrigo, Evelyne, Davi e Cris, colegas que admiro muito, por todo apoio e suporte proporcionado durante todo o mestrado, auxiliando nas demandas e produções do curso, sempre em parceria, com muita responsabilidade, zelo e dedicação.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Atividade Física, Saúde e Escola (GRAFES), pelo apoio e parceria no processo de construção e validação do Produto Educacional.

Por fim, ao meu filhote: o Zeca – *in memoriam*, meu gatinho, minha melhor companhia, quem me deu conforto em momentos de tensão, ansiedade e medo, todo o seu carinho e pureza me proporcionaram fé e esperança, e durante 19 anos da minha vida, ele esteve ao meu lado, inclusive em uma pequena parte do curso de mestrado. Não importa quanto tempo passe, sempre lembrarei de você!

RESUMO

A Educação Inclusiva é um fenômeno que se refere ao acesso, permanência e sucesso nas aprendizagens pelos estudantes na escola. Nessa perspectiva, a Educação Física (EF), sendo parte integrante do currículo escolar, possui um grande potencial para ser adjuvante nesse processo, contudo, como inserir elementos de uma Educação Física Inclusiva nas metodologias e estratégias pedagógicas da Educação Física Escolar (EFE)? Com isso, o presente estudo teve como objetivo principal elaborar e validar parte do conteúdo de uma unidade didática de um curso de curta duração a distância que visa fortalecer saberes e práticas pedagógicas em EFE na perspectiva da inclusão, e como objetivos específicos: analisar, construir e validar o conteúdo e aparência dessa produção enquanto Produto Educacional (PE) do estudo. Nesse sentido, foi feito um estudo metodológico, de abordagem quanti-qualitativa, focado na análise, desenvolvimento e validação desse PE, o qual fez parte de um projeto maior, em parceria com o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Atividade Física, Saúde e Escola da Universidade Estadual do Ceará, que deu origem ao curso denominado de “Promoção da saúde e o trabalho docente na escola”, uma iniciativa do programa de intervenção “ProMOVE: Escolas + Saudáveis”, visando fortalecer ações de promoção de saúde nas Escolas de Tempo Integral do município de Fortaleza-CE, com foco nos anos finais do ensino fundamental. O estudo foi projetado em três etapas principais: 1. Análise e planejamento, a qual envolveu o levantamento do material do estudo mediante o método de pesquisa bibliográfico e análise de conteúdo; 2. Construção do PE, na qual se deu o desenvolvimento do *design* e produção da versão preliminar do PE; e 3. Validação de conteúdo e aparência do PE, que foi onde ocorreu a coleta de dados da pesquisa, mediante uso dos instrumentos de validação: Instrumento de Validação de Conteúdo Educativo em Saúde e Instrumento de Validação de Aparência de Tecnologia Educacional em Saúde, com a participação de 21 juízes especialistas e professores para avaliação do PE. Por fim, como resultado, o PE foi considerado válido pelos juízes, com algumas sugestões e comentários feitos pelos mesmos, sendo analisadas, conferidas e acatadas na medida do possível, mas atingindo o Índice de Validade de Conteúdo e de Aparência excelentes, fazendo com que o produto possa ser utilizado como ferramenta pedagógica para formação de professores de EF. No tocante às considerações finais, evidenciou-se que os objetivos do estudo foram atingidos, no mais, espera-se que por meio desse estudo e do PE, professores de EF possam se sentir mais aptos a lidar com a inclusão no contexto escolar, estando sempre em busca de inovação pedagógica, visando abarcar toda a diversidade presente na escola.

Palavras-chave: Educação Física Inclusiva; Conteúdo de Unidade Didática; Formação Continuada; Produto Educacional.

ABSTRACT

Inclusive Education is a phenomenon that refers to access, retention and success in learning by students at school. From this perspective, Physical Education (PE), as an integral part of the school curriculum, has great potential to be an adjunct in this process. However, how can elements of Inclusive Physical Education be inserted into the methodologies and pedagogical strategies of School Physical Education (SPE)? Therefore, the main objective of this study was to develop and validate part of the content of a teaching unit of a short distance learning course that aims to strengthen knowledge and pedagogical practices in SPE from the perspective of inclusion, and as specific objectives: to analyze, construct and validate the content and appearance of this production as an Educational Product (EP) of the study. In this sense, a methodological study was carried out, with a quantitative-qualitative approach, focused on the analysis, development and validation of this EP, which was part of a larger project, in partnership with the Interdisciplinary Research Group on Physical Activity, Health and School from the State University of Ceara, which gave rise to the course called "Health promotion and teaching work at school", an initiative of the intervention program "ProMOVE: Healthier Schools", aiming to strengthen health promotion actions in Full-Time Schools in the city of Fortaleza-CE, with a focus on the final years of elementary school. The study was designed in three main stages: 1. Analysis and planning, which involved the collection of study material using the bibliographic research method and content analysis; 2. Construction of the EP, in which the design and production of the preliminary version of the EP took place; and 3. Validation of content and appearance of the EP, which was where the research data were collected, using the validation instruments: Health Educational Content Validation Instrument and Health Educational Technology Appearance Validation Instrument, with the participation of 21 expert judges and teachers to evaluate the EP. Finally, as a result, the EP was considered valid by the judges, with some suggestions and comments made by them, being analyzed, checked and accepted as far as possible, but reaching excellent Content and Appearance Validity Indexes, making the product usable as a pedagogical tool for training PE teachers. Regarding the final considerations, it was evident that the objectives of the study were achieved, furthermore, it is expected that through this study and the EP, PE teachers may feel more capable of dealing with inclusion in the school context, always seeking pedagogical innovation, aiming to encompass all the diversity present in the school.

Keywords: Inclusive Physical Education; Teaching Unit Content; Continuing Education; Educational Product.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	—	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	35
Figura 2	—	Fases do estudo (Percurso Metodológico do PE).....	50
Figura 3	—	Exemplos de tipos de PE.....	73
Figura 4	—	Tipos de validação de PE.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	—	Resumo Descritivo do PE.....	47
Quadro 2	—	Adesão do PE aos critérios de uma Produção Técnica.....	48
Quadro 3	—	Critérios de inclusão e exclusão dos juízes especialistas e professores para validação e aparência do PE.....	53
Quadro 4	—	Quantitativo de obras, publicações e documentos achados e utilizados no estudo e no PE.....	57
Quadro 5	—	Comentários feitos pelos juízes, decisões tomadas e justificativas.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Perfil demográfico e acadêmico dos participantes do processo de validação de conteúdo e aparência de conteúdo.....	59
Tabela 2 — Validação dos juízes quanto ao conteúdo do PE.....	61
Tabela 3 — Validação dos juízes quanto a aparência do PE.....	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CF/88	Constituição Federal de 1988
EaD	Ensino à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Educação Física
EFE	Educação Física Escolar
EFI	Educação Física Inclusiva
EFEI	Educação Física Escolar Inclusiva
EI	Educação Inclusiva
EE	Educação Especial
EPS	Escola Promotora de Saúde
GRAFES	Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Atividade Física, Saúde e Escola
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IVATES	Instrumento de Validação de Aparência de Tecnologia Educacional em Saúde
IVA	Índice de Validade de Aparência
IVCES	Instrumento de Validação de Conteúdo Educativo em Saúde
IVC	Índice de Validade de Conteúdo
LBI	Lei Brasileira da Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Produto Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
SME	Secretaria Municipal de Educação

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TE	Tecnologia Educacional
QPE	Educação Física de Qualidade
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	17
2	INTRODUÇÃO.....	24
3	OBJETIVOS.....	29
3.1	Objetivo Geral.....	29
3.2	Objetivos Específicos.....	29
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	30
4.1	O Processo da EI.....	30
4.1.1	<i>EI: princípios e conceitos fundamentais.....</i>	30
4.1.2	<i>Diretrizes, marcos históricos e legais da Educação Inclusiva.....</i>	32
4.2	EFE na Perspectiva da EI.....	36
4.2.1	<i>Principais marcos históricos e legais da Educação Física Escolar a caminho do processo de Educação Inclusiva.....</i>	36
4.2.2	<i>Educação Física Inclusiva: uma prática que almeja olhar para todos.....</i>	38
4.2.3	<i>Formação de professores em Educação Física Escolar na perspectiva da Educação Inclusiva.....</i>	43
5	PERCURSO METODOLÓGICO.....	46
5.1	Características do estudo.....	46
5.2	Síntese do PE.....	47
5.3	Fases do estudo.....	49
5.3.1	<i>Fase 1 – Análise e planejamento do Produto Educacional (PE).....</i>	50
5.3.2	<i>Fase 2 – Construção do PE.....</i>	51
5.3.3	<i>Fase 3 – Validação de conteúdo e aparência do PE.....</i>	52
5.3.4	<i>Fase 4 – Implementação e distribuição.....</i>	53
5.4	Cuidados éticos.....	54
6	RESULTADOS.....	56

6.1	Levantamento bibliográfico.....	56
6.2	Desenvolvimento do PE.....	57
6.3	Validação de conteúdo e aparência do PE.....	58
7	DISCUSSÃO.....	69
7.1	Discussão acerca do levantamento bibliográfico.....	69
7.2	Discussão acerca da construção do PE.....	72
7.3	Discussão acerca do processo de validação do PE.....	74
7.4	Discussão acerca de implicações e recomendações do PE para a EFE.....	77
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS.....	82
	APÊNDICES.....	88
	APÊNDICE A – MODELO DE CONVITE PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	89
	APÊNDICE B – VERSÃO PRELIMINAR DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	90
	APÊNDICE C – VERSÃO FINAL DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	102
	ANEXOS.....	115
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO ESTUDO (TCLE).....	116
	ANEXO B – INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DE APARÊNCIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL EM SAÚDE (IVATES).....	118
	ANEXO C – INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO EDUCATIVO EM SAÚDE (IVCES).....	119

1 APRESENTAÇÃO

Essa dissertação é parte do programa de Mestrado Profissional em Educação Física em rede nacional – PROEF, da Universidade Estadual Paulista – UNESP e com polo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus Caucaia, cuja linha de pesquisa é abordagens metodológicas e processos de ensino e aprendizagem. O principal objetivo foi construir e validar um Produto Educacional (PE): o conteúdo de uma unidade didática relacionada à Educação Física Escolar (EFE) na perspectiva da Educação Inclusiva (EI), sendo parte de um curso de formação a distância para professores da rede municipal da cidade de Fortaleza-CE.

A motivação para a escolha de tema dessa dissertação materializa-se perpassando por minha trajetória de vida enquanto discente na educação básica, ensino superior e como docente no componente curricular de Educação Física (EF). Nesse sentido, como estudante na educação básica, tanto no ensino fundamental quanto no médio, tive experiências na EFE que me puseram a refletir e pensar sobre diversas questões hoje, tais como: Por que as práticas eram sempre as mesmas (calistenia e futebol)? Por que as aulas ocorriam sempre no contraturno? E quem não podia ir por questões de trabalho e outras razões? Não havia outros métodos de ensino?

Muitas dessas e outras questões perpassaram minha trajetória estudantil na educação básica. Esses questionamentos denotam de uma EFE despreocupada com questões mais pedagógicas e inclusivas, pois, ao tratar apenas do futebol e práticas calistênicas, ocorrer apenas em horário diverso do turno comum e fazer uso de métodos de ensino estritamente técnicos, excluía grande parte dos alunos, incluindo a mim. Afinal, não havia diversidade de conteúdos, reflexões e diálogos sobre corpo e movimento, metodologias e estratégias que envolvessem mais os estudantes, isso tudo além do fato das aulas serem efetuadas em outros horários (geralmente no início da noite após as aulas regulares, ou antes, durante a manhã muito cedo), e para aqueles estudantes que residiam em locais mais distantes e/ou que precisavam trabalhar, não podiam participar.

Dessa forma, todas essas questões alinhadas ao fato de eu, na época, ser um aluno de baixa renda, onde muitas das vezes não tinha nem o que comer em casa, residindo um pouco longe e sem transporte, acarretava em desânimo e desmotivação a participar da EFE na época. Além disso, sempre fui um estudante com dificuldades procedimentais, notadamente necessitava de um apoio pedagógico, o qual não havia, bem como social dos

pares. Ainda, as pouquíssimas vezes que fui experienciar essas aulas, não conseguia fazer absolutamente nada, pelas questões técnicas presentes, assimilando-se aparentemente a treinos militares e para atletas do esporte de rendimento, e em decorrência dessas e outras questões, somente um grupo específico participava ativamente nas aulas, que eram aqueles estudantes com habilidades motoras mais acentuadas e sem limitações físicas e/ou sociais aparentes, além disso, eram apenas estudantes do sexo masculino.

Por isso, nesse trabalho de dissertação, enfatizo a necessidade de defendermos uma reparação histórica a todos os grupos marginalizados pela EFE: estudantes com deficiência, estudantes obesos, estudantes tímidos, estudantes do sexo feminino, estudantes LGBTQQICAAPF2K+, estudantes com baixa desenvoltura no se movimentar, estudantes tímidos, estudantes com a saúde vulnerável (mental, física, social e espiritual), estudantes frustrados com experiências anteriores com a EF, entre diversos outros.

Tudo isso me motivou a cursar EF, pois sempre quis participar das aulas, sonhava em vivenciar práticas corporais diversas, como lutas, esportes diferentes, ginásticas etc. Sempre gostei dessas práticas de movimento, sem nem ao menos ter vivenciado, exceto como expectador por meio de mídias (TV, jornais, livros etc.), e também por gostar de brincar na rua com amigos, utilizando-se do mundo simbólico a favor para imaginar cenários e situações diferentes dentro da diversidade de brincadeiras e jogos.

Já como estudante na graduação, período esse ocorrido entre o final de 2013 e o início de 2018, diferentemente da educação básica, pude vivenciar uma boa diversidade de práticas corporais de movimento, tanto enquanto discente quanto como docente em formação nesse componente curricular, e nesse processo, pude conhecer e entender melhor sobre a importância da inclusão na EFE e a necessidade de nós (professores e educadores) estarmos sempre estudando e nos atualizando, sobre nosso papel pedagógico e a incrível responsabilidade social que isso demanda.

Durante o período supramencionado, tive a oportunidade de cursar disciplinas de práticas corporais e modalidades esportivas variadas, tais como handebol, futsal, basquetebol, voleibol, ginástica, lutas, atividades aquáticas, urbanas e na natureza, entre outras. E além do prazer de conhecer essas modalidades e vivenciá-las, também passei a estudar sobre metodologias de ensino que possibilitassem inclusão nas aulas de EF, aprendi que o mais importante ao lecionar EF na escola era propiciar aos estudantes o conhecimento e a vivência pedagógica nas modalidades e práticas esportivas, evitando, acima de tudo, exigências técnicas e/ou situações que gerassem exclusão nas aulas.

Quando me graduei, no ano de 2018, tive uma forte ânsia por atuar, ser professor de EF, da forma como aprendi. Além disso, necessitava de uma renda financeira melhor, considerando que até então menos de um salário mínimo e tinha que ajudar meus pais e irmãos em casa, pois mal tínhamos o que comer, vivíamos sempre com o mínimo, fora que eu não conseguia ficar por muito tempo em um emprego, dada a natureza deles e as condições precárias relacionadas (não apenas pela pouca renda obtida).

Exemplificando, durante a graduação, trabalhei como ajudante de antigas locadoras de vídeo games, onde eu tinha que limpar todo o ambiente, atender o público e cuidar do caixa, durante nove horas de domingo a domingo, com uma folga a cada quinze dias; também fiquei por um tempo em uma fábrica de telhas e tijolos, como oleiro e telhadista, nesse era muito pior, pois não nos eram fornecidos equipamentos de proteção corporal ou condições favoráveis de segurança, eu queimava as mãos constantemente pegando em telhas quentes, ajustando-as em grandes esteiras, no período da noite de segunda a sábado durante oito horas.

Essas e outras situações de trabalho precário somadas a minha ânsia de atuar como professor de EF e a necessidade de conseguir mais dinheiro para sobrevivência e demandas financeiras me motivaram a estudar para concursos públicos na área de docente, e foi o que fiz, com a ajuda de meus pais, que sempre me estimularam e apoiaram, e alguns amigos. E no mesmo ano que me graduei (2018), surgiu um concurso na carreira de magistério da secretaria de educação do Ceará, com cargos para professor do estado na etapa ensino médio, sabendo disso, dediquei todo o tempo que eu tinha e energias para estudar, e após efetuar o certame, surpreendentemente fui aprovado.

Eu realmente fiquei sem acreditar quando vi os resultados, a felicidade era tamanha que achei que fosse um sonho. Contudo, a convocação ocorreu apenas em 2021, em decorrência da pandemia da covid-19, entre outros fatores. Então, após a posse e o efetivo exercício, comecei a atuar em duas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral da rede estadual de ensino da cidade de Iguatu-CE, cidade na qual resido, cuja carga horária foi dividida em 20h semanais em cada, por falta de horas e turmas suficientes não foi possível concentrar a carga horária total em uma só.

Entretanto, ao começar a atuar, me deparei com diversas situações-problema que me fizeram pôr a prova a escolha de ser docente na EFE, fazendo-me lembrar do meu passado enquanto discente e fazer relações daquela com essa realidade, ao ponto de pensar diversas vezes em desistir dessa carreira. Essas situações envolvem,

principalmente, a insuficiência em minhas aulas da devida inclusão de todos os discentes em decorrência de diversos fatores.

Infelizmente, a sensação de frustração passou a ser algo comum, pois por mais que eu estudasse, planejasse e me esforçasse para fazer meu papel docente, não conseguia incluir todos os estudantes nas aulas. No entanto, nesse período eu não compreendia que a resolução desses problemas não dependia apenas da figura docente, e por consequência dessa ingenuidade, eu me cobrava e sofria muito com isso.

Hoje eu entendo que não é algo simples, e que mesmo sem a intenção docente, em alguns casos a exclusão e autoexclusão ocorrem, e há uma série de fatores que podem contribuir nisso, exemplificando minha realidade, alguns condicionantes contextuais:

1. Infraestrutura inadequada: sem ambiente propício para as práticas corporais de movimento, existindo apenas espaço aberto sem cobertura, impossibilitando que houvesse aula a partir das nove da manhã em decorrência do forte sol que cobria todo o cenário;
2. Ausência de material didático: além do fato de não haver ambiente físico adequado, a inexistência de materiais pedagógicos tornava as aulas mais desafiadoras, nem uma bola se quer havia, precisando sempre adaptar;
3. Estudantes com problemas sociais diversos: desde abandono a falta de condições mínimas necessárias a sobrevivência, muitos dos meus discentes só comiam na escola, em alguns casos vinham para as aulas motivados por isso, e eu como professor iniciante não sabia lidar bem com essas situações, muitas das vezes eu absorvia esses problemas para mim e ficava emocionalmente abalado, sem condições psicológicas de tentar fazer com que estes estudantes específicos participassem das aulas. Esses, por exemplo, eram casos de autoexclusão;
4. Superlotação das turmas: tive turmas com mais de quarenta discentes (uma estratégia do governo para não criar outras turmas em decorrência da quantidade mínima necessária), e algo que agravava era o fato de haver estudantes com deficiências diversas que necessitavam de uma atenção e olhar pedagógico específico. Exemplificando: tive uma turma com quarenta e dois discentes, sendo que um deles possuía síndrome de down, outro com transtorno do espectro autista e um com deficiência intelectual moderada e hiperatividade. Nesses e outros casos, eu realmente não possuía preparação ou condições mínimas necessárias para lidar com essas situações, muitas das vezes tinha que pedir auxílio da gestão

e de outros professores; nessas situações eu considerava a escola um “depositório de pessoas”, onde o governo inseria uma quantidade grande de estudantes, mas não oferece as condições mínimas necessárias e/ou a valorização docente merecida;

5. Casos de rebelião e subversão frequentes: o desrespeito era presente principalmente com estudantes do sexo feminino, com baixa desenvoltura e limitações procedimentais, necessitando quase sempre de minha intervenção e às vezes da gestão da escola, ocorrendo até casos de violência grave. Exemplificando, certa vez em um jogo de futsal, um dos estudantes em uma discussão ocorrida pela suposta “falta de habilidade motora do outro” acabou furando a cabeça dele com uma pedrada forte, esse estudante teve que ser atendido e levado a uma unidade de emergência;
6. Dificuldade de aceitação de aulas que não envolvem o esporte com bola por alguns estudantes: grande parte dos discentes que tive vivenciaram a EF no ensino fundamental em uma cultura “uno da bola” (um conceito que trago aqui para representar uma realidade onde apenas o esporte de quadra foi visto, e de forma muito técnica), por essa razão, havia uma grande dificuldade de aceitação de aulas variadas por parte desses estudantes quando o conteúdo principal não era esporte, o que também acarretava às vezes na autoexclusão deles.

Toda essa realidade apresentada esteve presente durante o tempo em que atuei como professor do estado na etapa ensino médio, que durou três anos (2021-2024), aos poucos isso foi me desgastando, pois eu não conseguia sozinho oferecer as condições mínimas necessárias para que todos os meus estudantes participassem ativamente nas aulas. Em 2023 eu adoeci, com surtos de ansiedade, pânico, falta de concentração, tive que fazer um tratamento psiquiátrico e psicológico, tudo isso mexeu muito comigo: a frustração constante, a incapacidade da gestão e da escola de me apoiar e a pouca importância que davam ao componente curricular EF.

Em meio a esse cenário, comecei a estudar novamente para conseguir aprovação em outro concurso público, visando sair daquela realidade, dessa vez, fiz o concurso de professor de ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Ceará (IFCE), e, surpreendentemente, fui aprovado, sendo convocado em 2024, que é onde atuo hoje em dia. Contudo, com base nas experiências e processos pelos quais passei, fui sem muitas expectativas, apenas com a esperança de que seria melhor nessa nova realidade.

Entretanto, como professor do IFCE, percebo que uma das grandes problemáticas, pelo menos na realidade na qual atuo, é também a não-inclusão de todos os grupos, visto que o que observo nesse sentido é uma forte preocupação com alunos com deficiência “mais visíveis”, sejam físicas, mentais, algumas síndromes e/ou transtornos diversos (autismo, transtornos de hiperatividade, síndrome de down, entre outros), porém, é necessário também que haja a preocupação e o esforço coletivo para lidar com outras atipicidades: sobrepesos ou obesos, depressivos e/ou ansiosos, acometidos com abalos traumáticos, os muito tímidos, entre outros.

Também percebo que no IFCE existe um grande foco da instituição em competições esportivas, onde a gestão e alguns grupos discentes esperam que o professor treine e selecione aqueles “mais aptos” para esses eventos e campeonatos. Como docente, sei da importância da vivência dos estudantes em competições esportivas, mas isso não pode jamais suplantiar a necessidade da inclusão, portanto, o que eu decidi fazer foi priorizar as aulas de EFE, me esforçando ao máximo para incluir toda a diversidade presente, e de forma secundária, fomentar e acompanhar nessas competições, mas sempre estimulando para que o maior número possível do público estudantil possa ter a vivência.

Dessa forma, por mais que essas problemáticas relacionadas a inclusão ainda ocorram, posso dizer que consigo lidar um pouco melhor dessa vez, talvez isso se dê pelo fato de que hoje atuo em uma realidade um pouco melhor, também fiz terapia, estudei mais graças ao PROEF e também obtive mais experiência durante todo esse período, embora ainda haja muito caminho pela frente na busca por uma Educação Física Inclusiva (EFI) e de qualidade.

Atualmente, percebo que atuar em determinados cenários repletos de problemáticas e limitações como as apresentadas não é algo fácil para um professor de EF que visa fomentar uma EFI. Não é justo que o docente tenha que resolver e lidar com essas responsabilidades de forma isolada, na verdade é algo desumano e impossível, eu aprendi isso da pior forma. Portanto, considero que é preciso que todos os agentes envolvidos participem desse processo: corpo docente, gestão, comunidade e governo.

Além disso, posso dizer que hoje eu entendo parcialmente os meus antigos professores de EF da educação básica, os quais eu cheguei a culpá-los pela ausência de inclusão em suas aulas. Atualmente, eu sei que a culpa não é só deles, é um cenário nutrido por fatores físicos, sociais, políticos, econômicos e culturais que contribuem na não-inclusão nas aulas de EF de diversos grupos específicos de estudantes, seja de forma

indireta ou direta. Portanto, nessa dissertação, propus uma alternativa que possa contribuir nesse processo, mesmo reconhecendo a impossibilidade de mudar todo esse contexto.

Desse modo, tendo em vista minhas vivências, tanto como discente quanto docente com esse componente curricular, levando em consideração todas as problemáticas, cenários e experiências anteriormente citadas, surgiu a ideia de efetuar esse trabalho de dissertação com a temática da EFI, objetivando fortalecer saberes e práticas pedagógicas da EFE alicerçadas pela EI por meio da análise, construção e validação do conteúdo de uma unidade didática de um curso de formação. Logo, espero humildemente que mediante esse estudo haja uma contribuição, mesmo que seja pequena, no processo da EFI.

2 INTRODUÇÃO

A inclusão no ambiente escolar é um processo contínuo, e refere-se à presença, participação e sucesso nas aprendizagens e formação de todos os escolares. Segue-se o que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na qual já havia menção sobre a educação como um direito de todos, independente de gênero, raça, etnia, classe ou qualquer outra condição humana. Dessa forma, estudos referentes a Educação Inclusiva (EI) fazem um resgate sobre um direito anteriormente já contemplado, muito embora na prática não seja algo concretizado de forma plena, afinal, está bem próximo de completar um centenário do surgimento desse normativo, contudo, em algumas realidades educacionais, a EI ainda se mostra ser distante.

Esse direito, no decorrer dos anos, foi ganhando mais força ao ser mencionado em documentos e marcos normativos legais nacionais e internacionais (leis, diretrizes, declarações universais etc.), tal como se vê a educação como um direito social de todos no Art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988). Em conjunto, complementa-se pela regulamentação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei de nº 9394/96, que determina que o acesso à educação deve ser garantido a todos, objetivando a cidadania, o desenvolvimento dos educandos, bem como sua preparação para o trabalho (Brasil, 1996).

Após a Constituição e a LBD, houve marcos legais que fundamentam e reforçam a importância da inclusão nas escolas como um direito, leis que fortalecem as diretrizes para fundamentar e operacionalizar a educação inclusiva, como por exemplo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida – PNEE (Brasil, 2020), entre outras.

Nessa perspectiva, as leis supramencionadas são exemplos de normativos legais nacionais que buscam regulamentar e legitimar elementos de uma EI, além disso, cabe mencionar também algumas de nível internacional, como por exemplo, a Declaração Mundial de Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990), na Tailândia; a Declaração de Salamanca, desenvolvida na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca – Espanha, 1994; a elaboração da Declaração de Dakar, por participantes do fórum mundial de educação, em Dakar – Senegal, 2000; entre outros.

A educação como um direito de todos exige que a escola fomente a inclusão de forma efetiva, e que não haja exceções nesse processo, devendo, portanto, atender a todo e qualquer estudante, sem discriminação, preconceitos ou estereótipos relacionados a classe social, gênero, raça, cultura ou qualquer outra condição que o diferencie. Ainda, deve-se garantir, além do acesso à educação aos escolares, o desenvolvimento pleno, nas dimensões cognitivo/intelectual, social, afetivo e motor (Alves e Fiorini, 2018).

Por conseguinte, a Educação Física Escolar (EFE), sendo parte integrante do currículo escolar, possui um papel importante e fundamental na EI, tratar dessa disciplina em uma perspectiva inclusiva pressupõe que haja a preocupação com as individualidades e a diversidade presentes no ambiente escolar. À vista disso, já havia menção sobre a EFE como um componente curricular em potencial para ser adjuvante na construção de uma EI, por Rodrigues (2003), muito embora esse assunto seja insuficientemente tratado.

Nesse sentido, a questão é: como inserir *elementos de uma EFI nas metodologias e estratégias pedagógicas da EFE*? Pode-se dizer que não há uma receita pronta e acabada a qual dita como tudo deve ser feito, o que existe são realidades distintas, nas quais os professores se deparam diariamente com diferentes desafios e barreiras no chão da escola, situações essas relacionadas a formação docente, barreiras atitudinais, condições de trabalho, metodologias de ensino, entre outros. Ao contrário, há a necessidade de um empoderamento docente para lidar com essas realidades durante o planejamento e as práticas de ensino, exigindo, muitas vezes, além desse planejamento, estratégias pedagógicas inusitadas, criatividade e manejo social.

Alguns autores abordam sobre como as práticas pedagógicas de EFE na perspectiva da EI devem ser, Carvalho e Araújo (2018) por exemplo denotam que uma prática de ensino em EF na perspectiva da EI deve ser lúdica, sem cobranças técnicas do movimento, com esforço e tentativa de propiciar o desenvolvimento de valores e atitudes nas aulas pelos alunos, aproveitando situações propícias geradoras de discussões e diálogos sobre questões como: respeito, solidariedade e humanidade.

Entretanto, há certos desafios os quais a EFE em uma perspectiva de EI se propõe a enfrentar, a exemplo, em um estudo feito por Fiorini e Manzani (2014) com 17 professores de uma rede municipal de ensino, no qual foram identificadas algumas barreiras para a EI na EFE, as quais dificultam muito esse processo, denominadas de categorias de dificuldades pelos docentes.

Sobre essas categorias do estudo supramencionado, pode-se destacar as seguintes: Formação (inicial e continuada), que segundo os docentes entrevistados, mostra-se insuficiente para o trato desse componente curricular em uma perspectiva inclusiva; Estratégias pedagógicas, pois os professores alegaram dificuldade em elaborar estratégias adequadas que favoreçam a EI na EFE; e dificuldade com alguns alunos, especificamente os com deficiência, cujos docentes alegaram ter problemas quanto à adequação desses estudantes específicos na aula em conjunto com os demais.

Gorgatti e Rose Junior (2009) em um estudo sobre percepção docente relacionado a inclusão de estudantes com deficiência revelam que a maioria dos professores de sua pesquisa relatam pessimismo em relação ao processo de inclusão, principalmente pela despreparação relacionada a formação (inicial e continuada) e pela ausência de espaço físico adequado e recursos didáticos.

Nesse paradigma, Garozzi e Chicon (2021) apontam para o fato de que professores de EF no geral, na grande maioria das vezes, enfrentam diversos desafios e dificuldades quando se trata de inclusão, principalmente com estudantes com deficiência, não só pela precariedade das escolas, mas por não crerem na potencialidade desse público ou por se autoconsiderarem não-qualificados, e conseqüentemente deixam esses grupos (entre outros com outras necessidades específicas ou limitações) à mercê do sistema de ensino, e isso acaba gerando segregação e exclusão.

Logo, é possível observar que, embora a EFE em uma perspectiva da EI seja uma possibilidade, ainda é algo que precisa ser fortalecido. Além disso, a literatura abrangente compõe, em sua grande maioria, o trato apenas com o público estudantil com deficiência, carecendo de mais profundidade. Contudo, em consonância com Alves e Fiorini (2018), a EI se refere a toda a diversidade presente na escola, e não apenas estudantes com deficiência ou outro grupo específico, pois sabe-se que as barreiras para o desenvolvimento e aprendizagem no ambiente escolar podem se expressar com qualquer um. Desse modo, a EFE em uma perspectiva inclusiva pressupõe uma prática pedagógica que oportunize a participação plena de todos os estudantes no processo de ensino e aprendizagem desse componente curricular.

Está cada vez mais necessário tratar sobre o processo de EI na escola, um fenômeno social que contém em seu âmbito diversos subtemas importantes: pluralidade cultural, cidadania, acessibilidade, políticas públicas, entre tantos outros (Lopes, 2020). E a EFE, sendo parte integrante do currículo escolar, pode contribuir significativamente

nesse processo, de um modo que, quando os agentes envolvidos, principalmente o professor, são conhecedores de princípios, diretrizes e metodologias de ensino de uma EI, podem otimizar sua prática pedagógica: valorizando as capacidades individuais dos estudantes, adaptando recursos e acessibilidades se necessário, elaborando estratégias pedagógicas exitosas para envolver todo o corpo discente, etc.

Nesse paradigma, essa pesquisa propôs desenvolver e validar um Produto Educacional (PE): o conteúdo de uma unidade didática de um curso de curta duração a distância, que visou fomentar saberes e práticas pedagógicas em EFE na perspectiva da EFI. Afinal, é razoável dizer que uma formação continuada em EFE preocupada com princípios, diretrizes e metodologias de ensino em EI no contexto escolar colabore com o aperfeiçoamento docente, gerando reflexões e mudanças na prática didático-pedagógica, e por fim, a redução e/ou superação da exclusão, de qualquer natureza.

A criação de cursos de curta duração e a distância para formação continuada de professores é uma alternativa auspiciosa para contribuir na melhoria da qualidade de ensino da prática pedagógica docente, afinal, além da flexibilidade, o que permite que os professores consigam conciliar com suas atividades laborais e pessoais, ampliando barreiras geográficas para cessar o conteúdo, a atualização profissional se torna mais recorrente e prática, bem como uma melhor acessibilidade.

O pensamento supramencionado corrobora com Batalha (2019), a qual expressa que a ideia de PE enquanto tecnologia de formação continuada para professores é uma excelente ferramenta para esse processo, uma medida necessária para suprir as necessidades de diversos casos específicos, em especial àqueles em regiões geograficamente mais remotas, sobretudo, que permita alcançar professores em diferentes contextos, enfrentando as barreiras geográficas que temos no processo de formação de professores no Brasil.

Portanto, mediante discussões referentes a essa temática a partir de experiências docentes, com apoio da literatura bibliográfica e de alguns dos marcos legais pertinentes, o PE do referido estudo (o conteúdo de um módulo de um curso de curta duração à distância) visa contribuir na formação docente mediante a atenuação de problemas relacionados a inclusão na Educação Física no ambiente escolar. Trata-se de uma proposta promissora para o PROEF: o produto como núcleo principal da dissertação de mestrado, materializando-se como uma proposta de intervenção para formação permanente de docentes de EF em EFI.

Além do mais, além de ser de grande relevância para o PROEF, esse estudo se mostra ser de grande importância para comunidade acadêmica da área escolar, visto que a EI propõe a garantia de acesso e participação de todos os estudantes na educação escolar, sem restrições do que se deve ou não incluir, independentemente de quaisquer características individuais ou necessidades, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa e solidária, a começar pelo chão da escola com o público estudantil.

Ainda a esse respeito, o PROEF favoreceu a possibilidade de revisitar todo o contexto do componente curricular de EF, sendo a EI uma dessas questões, e isso impulsionou a necessidade de analisar, pesquisar e refletir sobre esse fenômeno, sua grande necessidade e relevância para o campo de estudo e para a sociedade. É com esse pensar, e em paralelo a todas as vivências anteriormente apresentadas no campo pessoal e profissional, tanto enquanto discente na educação básica e superior, quanto enquanto docente desse componente curricular, que justifico a criação do presente trabalho.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar a elaboração de parte do conteúdo de uma unidade didática de um curso de curta duração a distância, que visa fortalecer saberes e práticas pedagógicas em Educação Física na perspectiva da inclusão.

3.2 Objetivos Específicos

- Elaborar o conteúdo enquanto Produto Educacional (PE) do estudo, por meio de um levantamento bibliográfico.
- Produzir o conteúdo do PE com base na literatura pertinente e experiências reais exitosas de professores.
- Validar o conteúdo e aparência desse PE com pesquisadores e professores com perfis de juízes experientes na área.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 O processo da EI

No capítulo que se segue, será falado brevemente sobre Educação Inclusiva (EI) de forma geral, levando em consideração sua conceituação, princípios, aspectos pedagógicos, políticos, históricos e legais correlacionados.

4.1.1 EI: princípios e conceitos fundamentais

A Inclusão é um fenômeno social, um processo pelo qual os sistemas da sociedade devem se adequar para toda a diversidade humana (raças, etnias, gênero, orientação sexual, classes sociais, religião, deficiências etc.), cuja organização e execução das ações englobam todas as pessoas (Sasaki, 2009). Nesse paradigma, compreende-se que esse processo na escola implica na necessidade de promover a participação contínua efetiva de todos os estudantes, independentemente de quaisquer características, nas ações educativas do ambiente escolar.

É preciso, portanto, adaptar tanto a escola quanto as atividades pedagógicas previstas com equidade nas ações para atender às necessidades e incluir cada estudante, garantindo tanto o acesso quanto a participação e o aprendizado de todos.

Essa concepção de ensino (EI) possibilita-nos enxergar um pouco a constituição de ordem e desordem social, além da reorganização política dos direitos humanos (Garozzi e Chicon, 2021). Isto posto, a reflexão crítica sobre a EI é algo relevante e necessário, mediante um fluxo que nos incita a repensar nossas ações e questões relacionadas ao público estudantil, sejam eles estudantes com deficiência ou qualquer outra especificidade, limitação ou necessidade, tendo em vista que convivemos em uma sociedade composta por uma diversidade abrangente de culturas, raças, etnias, classes sociais, gêneros, orientações sexuais, experiências de vidas, condições físicas, etc.

Contudo, a EI é um fenômeno um tanto quanto complexo, na medida em que o prescrito nem sempre é o que de fato ocorre na prática, e nós enquanto educadores, muitas das vezes, sabemos o que se deve fazer, mas não possuímos a experiência necessária, o tempo pedagógico (tanto relacionado a aula quanto à elaboração de um currículo

adaptativo/inclusivo que possibilite novas trilhas para a diversidade dos estudantes), as ferramentas e o apoio para executar o que (e como) realmente precisa ser feito.

Nesse sentido, tendo em vista a complexidade de se prover uma EI de fato, esse fenômeno se baseia em princípios e normativos legais os quais funcionam como diretrizes (orientações, caminhos, rumos). Por esse viés, Odarich (2021) aponta que a EI deve ser fomentada pelas escolas como um sistema educativo que, se necessário, adapte currículos, espaços, métodos e recursos, com vista a garantia da igualdade na inclusão de todos. Afinal, a escola é quem deve se adaptar aos estudantes, e nunca o contrário.

Desse modo, como averiguar se uma escola é de fato inclusiva? É possível reconhecer a aplicação da EI nas práticas pedagógicas diárias do ambiente escolar? Nesse contexto, é importante conhecermos e considerarmos alguns dos princípios e diretrizes de uma EI para nos ajudar a sistematizar ações pedagógicas na escola, a esse respeito, sobre alguns dos principais princípios (Mendes, 2020), tem-se:

- Toda criança, jovem e adulto tem direito de acesso à educação de qualidade.

Aqui, é incluso o direito de acesso à educação de todos na sala comum, bem como em ambiente especializado, se necessário. Isso está previsto e em conformidade com algumas convenções sociais e normativos legais, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

- Toda criança, jovem e adulto aprende.

Independentemente de quaisquer particularidades e diferenças, todos conseguem aprender, e, portanto, a escola e todos os agentes envolvidos devem fornecer ações e estratégias pedagógicas que favoreçam as aprendizagens discentes.

- O processo de aprendizagem de cada criança é singular.

O desenvolvimento de cada um é único, diferente, neste caso, é preciso prover modelos de ensino que levem em consideração a diversidade, e nunca homogêneos.

- O convívio no ambiente escolar beneficia a todos.

É preciso que haja interação no ambiente escolar entre todos, com todas as diferenças e diversidades. Um ambiente heterogêneo beneficia as aprendizagens, estimulando interações sociais positivas e exitosas.

- A Educação Inclusiva diz respeito a todos.

Ainda é comum observar considerarem que a EI diz respeito apenas aos grupos mais excluídos e negligenciados tradicionalmente, como por exemplo os estudantes com

deficiência, contudo, ela está relacionada a todos, em consonância ao direito a igualdade/equidade e respeito às diferenças (Mendes, 2020).

Esses princípios norteiam o direito à educação para todos, orientando as relações educativas no ambiente escolar com vista à necessidade de prover uma escola e uma sociedade mais justa, sendo a EI um conceito amplo, englobando não apenas alguns grupos específicos, mas toda a diversidade humana. É preciso, portanto, que defendamos e lutemos por uma formação crítica para a diversidade e inclusão com vista à sensibilização de todos para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

4.1.2 Diretrizes, marcos históricos e legais da Educação Inclusiva

A Além dos princípios anteriormente mencionados, todas as discussões e debates referentes a EI remontam um ciclo de convenções, diretrizes e marcos históricos e legais, tanto nacionais quanto internacionais, que se relacionam com os direitos humanos e sociais, como por exemplo o direito a educação, presente na Constituição Federal de 1988 (CF/88), Brasil (1988). Isso se dá em decorrência de um processo de exclusão historicamente presente em nossa sociedade, sendo assim, pode-se citar alguns, os quais se relacionam direta ou indiretamente com a EI, são eles:

- Declaração Mundial de Jomtien sobre a Educação para Todos (Unesco, 1990).

Na década de 90, em virtude de um grande número de crianças, jovens e adultos sem acesso à educação, foram se intensificando debates sobre a necessidade de garantia da educação para todos, um direito já previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948, enaltecendo a educação como direito de cada ser humano independente de suas diferenças, estabelecendo como um objetivo mundial.

- Declaração de Salamanca (Unesco, 1994).

Essa convenção se destaca por ter sido a 1^o conferência a abordar exclusivamente pessoas com deficiência, consolidando discussões sobre EI enfatizando a importância da participação de todos no ambiente escolar, reconhecendo e valorizando as diferenças. Contudo, embora em seu âmbito esteja presente o foco nos alunos com necessidades educacionais especiais (termo utilizado nessa época), mas destaca-se que é um direito pleno de toda e qualquer criança, jovem e adolescente a inserção no sistema educacional de ensino, com qualidade e igualdade, independentemente de classe social, religião, gênero, sexualidade ou condições físicas.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996)

A LDBEN, lei 9.394/96, de forma geral vem garantir o direito do acesso à educação por todos, sendo um dever tanto do estado quanto da família, baseado nos ideais de solidariedade humana, e especificamente os seguintes princípios os quais se relacionam diretamente com o processo da EI:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]
 XII – consideração com a diversidade étnico-racial.
 XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
 XIV – respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Brasil, 1996).

Ainda, a referida lei estabelece um capítulo específico para a Educação Especial (EE), uma modalidade escolar voltada para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, devendo ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino; e ainda, o sistema de ensino deverá fornecer e assegurar condições necessárias para esses educandos na escola, tais como: currículo e métodos específicos, recursos e professores especializados.

- Declaração de Dakar – Educação Para Todos (Unesco, 2000).

Essa convenção, organizada em Dakar, capital de Senegal, continente africano, vem reforçar o compromisso estabelecido na Declaração de Jomtien de 1990, de Educação Para Todos, solicitando aos demais países esse compromisso, e estabelecendo metas e objetivos referentes a EI, como uma ação coletiva mundial.

- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007).

Em decorrência das barreiras e dificuldades em promover uma EI de qualidade aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e super na escola, surge esse documento normativo, uma política de ação cuja iniciativa se deu pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial, reconhecendo o direito dos estudantes com deficiência à EI, por toda a vida escolar.

Dessa forma, com vista a assegurar a inclusão de forma plena desses grupos na educação, esse documento normativo se baseia nos seguintes princípios: Educação como um direito; Equidade; Diversidade; Participação e Acessibilidade. E como plano de ação:

garantir transversalidade da Educação Especial por toda a educação escolar; atendimento especializado na escola; continuidade da escolarização nos demais níveis de ensino; formação continuada de professores especializados; participação da comunidade e da família; eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e de comunicação; e articulação entre diversos setores sociais para estabelecimento de políticas públicas.

- Declaração de Incheon e Marco de Ação (Unesco, 2015).

Essa declaração foi concebida mediante um Fórum Mundial de Educação no ano de 2015, na Coreia do Sul, cidade de Incheon. Nisso, reuniram-se diversos agentes da sociedade, como ministros da educação, representantes da sociedade civil, docentes, setores privados etc. O objetivo era estabelecer novas metas para a educação durante 15 anos, baseando-se nos seguintes princípios fundamentais: Visão holística da educação; Educação para todos; Equidade e inclusão; Relevância e qualidade; Aprendizagem ao longo da vida e Sustentabilidade.

Em síntese, as metas estabelecidas pela Declaração de Incheon são: garantia de conclusão do ensino primário e secundário gratuito, equitativo, inclusivo e de qualidade por todos os meninos e meninas; eliminar todas as formas de discriminações existentes na educação; garantir o acesso à educação também para os grupos mais vulneráveis da sociedade, como pessoas com deficiência, indígena, crianças em situação de rua e refugiados; aumentar o número de jovens e adultos com habilidades técnicas para o mercado de trabalho e afins; eliminar as discrepâncias de gênero na educação etc.

Essas metas deverão ser atingidas até 2030, sendo um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente o ODS4 – Educação de Qualidade, que juntamente aos demais (17 objetivos e 169 metas no total), fazem parte dessa agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas.

A figura 1 abaixo ilustra previamente os ODSs.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: google (2024).

- Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Brasil, 2020).

O decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 estabelece a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE). Um dos principais objetivos é garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, com ênfase naqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação em um sistema de ensino inclusivo.

Em suma, esse normativo, assim como se vê na LDBEN, reconhece a Educação Especial como modalidade transversal à educação básica, presente em todos os níveis e etapas de ensino, e enfatiza a EI como um processo contínuo que visa garantir o acesso e a participação de todos os estudantes no sistema educacional de ensino regular, valorizando as diversidades e diferenças existentes no ambiente escolar. Ainda, estabelece previsão de mecanismos de acessibilidade diversos (física, comunicacional, pedagógica e atitudinal.) e reconhece a necessidade da participação familiar na EI.

Ressalta-se que essa linha do tempo referente aos eventos e marcos legais da EI é apenas um rol exemplificativo, representando apenas alguns dos mais importantes.

Considera-se, por fim, que essas convenções e marcos legais referentes à EI impactam diretamente a EFE, exigindo mudanças e adaptações com vista a garantir a inclusão plena de todos os estudantes. Nesse paradigma, exemplifica-se as seguintes

implementações e ações possíveis: valorização da diversidade discente; atendimento às necessidades específicas de cada um; adequação do currículo às características dos alunos; oportunidades de participação nas aulas para cada aluno, sem haver exclusão alguma; adaptações no material e no meio, se necessário; processo de avaliação processual e contínua; apoio e suporte à formação continuada dos professores, objetivando a preparação docente para garantir a EI na EFE, etc.

4.2 EFE na Perspectiva da EI

Esse capítulo abordará sobre a EF em uma perspectiva inclusiva na escola, apresentando sucintamente o caminho pelo qual esse componente curricular passou, de um paradigma excludente a uma prática mais pensada para todos, abrangendo também alguns marcos legais e históricos, até se aproximar de um modelo de EFI, e por fim, tratará brevemente a respeito da formação continuada de EFE em uma perspectiva inclusiva.

4.2.1 Principais marcos históricos e legais da Educação Física Escolar a caminho do processo de Educação Inclusiva

A EFE na perspectiva da EI é um processo ainda em construção, o qual necessita de um apoio constante de todos os agentes envolvidos possíveis. Alguns marcos históricos e legais, bem como convenções, podem nos ajudar a entender melhor esse percurso, assim como servir de dirigente para a luta a favor de uma EFI, garantindo assim os direitos de todos nossos educandos.

Desse modo, revisitando um pouco a história, esse componente curricular veio a surgir no Brasil no início do século XX, em meados da década de 20, entretanto, possuía um caráter excludente, pois havia um foco na eugenia e na preparação física militar (Castellani Filho, 2010). Ainda, nessa época havia um predomínio de exercícios ginásticos e militares nas aulas, um modelo vinculado à saúde em decorrência de um discurso ideológico que apontava para a necessidade de manter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual.

Toda essa exacerbação de um modelo de aptidão física na EFE fez referência com uma necessidade ideológica de aprimoramento da raça, isso pode ser observado também por meio do decreto nº 21.241 de abril de 1932, o qual, em seu artigo 27, proibia a

matrícula de alunos no antigo ensino secundário que não possuíssem atestado de sanidade que comprovasse não possuir doenças contagiosas (Brasil, 1932).

Com base em tais pressupostos, é possível observar o quão excludente era a EFE, afinal, além de um modelo de instrução militar eminentemente prático, para participar das aulas, era necessário que os alunos gozassem saúde, aparentemente sem enfermidades ou problemas que pudessem ser interpretados como risco aos demais, isso em decorrência da visão ideológica de eugenia da raça. E todo esse quadro infelizmente acarretava em diversos casos de exclusão de escolares, como por exemplo de alunos com deficiência.

Alguns anos depois, após o golpe militar de 1964, tivemos um modelo de EFE focado no esporte, movido por uma visão ideológica de sustentáculo com vista a obter êxito em competições importantes para elevar o status do país, e com isso, exteriorizar um ambiente de ascensão e poder. Darido (2012) aborda que essa perspectiva foi denominada de esportivista, e que também ocasionou diversos casos de exclusão, pois o que se buscava eram alunos habilidosos no esporte, aqueles que possivelmente pudessem representar a instituição em competições de alto nível, e isso conseqüentemente excluía os estudantes que não tinham habilidade acentuada no esporte, assim como alguma limitação que os impedissem de obter êxito na prática esportiva.

Nesse paradigma, em meados da década de 1970 e 1980, pôde-se notar o início da crítica a esses modelos tradicionais de ensino da EFE, que eram altamente excludentes, e com isso, começam-se a surgir tendências pedagógicas desse componente curricular, como por exemplo as abordagens psicomotora, construtivista e crítica (Darido, 2003).

E com influência de convenções e marcos legais que enfatizavam a educação como um direito de todos, a exemplo, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), Brasil (1988), o qual garante o direito à educação por todos sem discriminação de qualquer natureza, passou-se a existir um olhar mais diferente para a EFE, aos dizeres de Darido e Souza (2015), foi um momento de renovação para esse componente curricular, pensando-se agora nos alunos de uma forma mais inclusiva. Isso gerou conseqüências positivas posteriores, como por exemplo: o debate e discussões referentes a inclusão de estudantes com deficiência na EFE se tornando recorrentes, diretrizes, políticas públicas, etc.

À vista de tudo isso, é possível perceber que a trajetória histórica da EFE a caminho da EI se associa com a história da educação de modo geral, tendo em vista que nossa sociedade é fortemente marcada pela exclusão e segregação de diversos grupos:

gênero, raça, etnia, classe social, entre outros. E isso se refletiu na escola com uma visão ideológica de homogeneização, gerando discriminação e a criação de estereótipos.

Nesse sentido, princípios e diretrizes que possam direcionar a criação de políticas públicas na perspectiva da EI são importantes meios para garantir uma EFI, objetivando a participação de todos os estudantes em suas práticas pedagógicas, sem discriminação de qualquer natureza, mas sim orientando, valorizando e respeitando todas as diferenças.

4.2.2 Educação Física Inclusiva: uma prática que almeja olhar para todos

A Ao falar em EFI, pensa-se na necessidade de oportunizar uma prática pedagógica

sem exigências e cobranças técnicas, como ocorre no esporte de alto rendimento, mas sim de forma lúdica, envolvendo e estimulando ativamente a participação de todos os discentes, repetindo o conteúdo, adaptando recursos se necessário, flexibilizando regras etc. Esse processo exige uma mudança de paradigma, e para isso, o conhecimento referente a alguns princípios e diretrizes podem ser úteis e necessários nesse processo.

Por sua vez, uma EFI objetiva o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, considerando os aspectos cognitivos, motores e afetivos, como é sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Brasil (1997), que segundo o qual, deve-se efetuar o ensino de práticas corporais sem supervalorizar o aspecto técnico, e em conjunto, valorizando-se a educação conceitual de regras, história e fatos das modalidades, e ainda, reflexões sobre questões filosóficas, éticas, estéticas, morais e humanas.

Tudo isso compactua para a construção de uma postura mais autônoma dos estudantes, tornando-os seres mais responsáveis e solidários, contribuindo assim tanto com a aprendizagem específica da EFE quanto com o desenvolvimento geral relacionado a atitudes, valores, respeito, cooperação etc. Ambos componentes de uma EFI.

Esse componente curricular, EFE, quando atrelado a uma perspectiva inclusiva, baseia-se em princípios da EI, como aqueles adotados por Mendes (2020): 1. Toda pessoa tem direito à educação de qualidade; 2. Toda pessoa aprende; 3. O processo de aprendizagem de cada um é singular; 5. O convívio no ambiente escolar beneficia todos, fundamental para o desenvolvimento discente; e, 6. A EI diz respeito a todos.

Dito isso, uma EFI deve estar intimamente relacionada com: a) rompimento do paradigma de EFE construído historicamente por uma visão ideológica de alto

rendimento na escola, o qual, em decorrência do seu perfil altamente seletista e tecnicista, excluía grande parte dos alunos; b) concretização de uma EFE preocupada com a diversidade, voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, valorizando as diferenças e a diversidade da cultura corporal de movimento.

Nesse segmento, o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), Ceará (2019), em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Brasil (2017), também representa um marco importante para a EI, ao passo que esse documento normativo incorpora a EI como um processo indispensável em toda a educação básica, considerando alguns princípios como fundamentais para a inclusão no ambiente escolar, que são: equidade, diversidade, acessibilidade, participação, colaboração e progressão.

Sendo assim, o DCRC estabelece a EI como um grande pilar para a educação, tornando esse processo um compromisso e responsabilidade de todo o sistema escolar e os pares envolvidos, objetivando, principalmente, uma educação de qualidade para todos(as).

E a EFE, sendo um componente curricular que tematiza práticas corporais nesse documento normativo, orienta e contribui na implementação de práticas pedagógicas atreladas à cultura corporal de movimento em uma perspectiva inclusiva, como pode-se observar, por exemplo, na dimensão do conhecimento Construção de Valores:

[...] a BNCC se concentra mais especificamente na construção de valores relativos ao respeito às diferenças e no combate aos preconceitos de qualquer natureza. Ainda assim, não se pretende propor o tratamento apenas desses valores, ou fazê-lo só em determinadas etapas do componente, mas assegurar a superação de estereótipos e preconceitos expressos nas práticas corporais (Brasil, 2017, p. 221).

Dito isso, é prevista uma preocupação com a incorporação de elementos inclusivos nas práticas pedagógicas desse componente curricular, inquietações essas que estão relacionadas com a necessidade de mudança de paradigma anteriormente citada. Logo, de forma geral, em decorrência de princípios e diretrizes inerentes à EI, pensa-se cada vez mais em modelos de EFE apreensivos em oportunizar a todos os estudantes o acesso às práticas corporais de movimento de forma inclusiva e plena. Entretanto, para isso, deve-se pensar em ações que contribuam com a atenuação de desigualdades sociais, objetivando a igualdade e a justiça social no ambiente escolar, e conseqüentemente à fora.

Logo, os princípios da EI presentes na DCRC, baseando-se também na BNCC, dentre outras diretrizes e marcos legais, visam, em suma:

- Remoção de barreiras e atenuação de problemas, isso inclui todo e qualquer obstáculo que por ventura possa impedir e/ou dificultar o acesso e a participação dos estudantes no processo educativo na escola;
- Valorização das diferenças, reconhecendo a diversidade como um componente cultural natural e enriquecer, tanto na escola como na sociedade de forma geral, acolhendo e respeitando a todos e todas;
- Assegurar as aprendizagens dos educandos, garantindo assim que todos tenham oportunidades significativas com vista ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista seu ritmo e necessidades;
- Promoção da participação e colaboração coletiva nesse processo, isso inclui toda a comunidade escolar, e não apenas a escola em si com os agentes envolvidos diretamente (docentes e gestão), mas também a família e o contexto local.

Nesse sentido, um bom exemplo de projeto de política baseado em diretrizes e princípios de uma EFE em uma perspectiva inclusiva é o QPE – *Quality Physical Education* (Educação Física de Qualidade), elaborado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), cujo principal objetivo é promover uma EF de qualidade para todos, valorizando a importância desse componente curricular para o desenvolvimento integral dos alunos, levando em consideração aspectos relacionados à saúde e bem-estar físico, mental e social (Unesco, 2015).

Tal iniciativa se deu, principalmente, em decorrência do grande aumento do sedentarismo por parte dos jovens e adolescentes, que por sua vez teve uma forte influência da última pandemia que tivemos, a qual desencadeou uma espécie de “inatividade física involuntária” em grande parte dos escolares, algo paralelo a questões relacionadas a problemas de saúde mental que também vieram a surgir neste período. Ainda, além do aumento da inatividade física e os prejuízos relacionados às piores na saúde mental de jovens de todo o planeta, dados da UNESCO indicam que a desigualdade nas aulas de EF ainda é eminente, principalmente com o grupo feminino e alunos com deficiência (Unesco, 2015).

A política de QPE se baseia em princípios e diretrizes de uma EI, e com isso, fornece instrumentos os quais visam combater os problemas supracitados, considerados algumas das grandes crises do planeta: a desigualdade, inatividade física e problemas de saúde mental, sendo os dois últimos mais aproximados a perspectiva da aptidão física da EFE, que é um dos maiores indutores de exclusão nas aulas desse componente curricular.

As ferramentas em questão são um pacote de recursos em forma de manuais-guia desenvolvidos em parceria com diversas outras organizações e especialistas, e inclui: Resumo da política de QPE, defesa de direitos associados, análise do QPE e cenários, Vídeos exemplificativos, Infográfico, Metodologias e Diretrizes.

Em síntese, algumas das ações e medidas da política de QPE para o combate às problemáticas anteriormente mencionadas envolvem, principalmente: a) parcerias com outras organizações e setores da sociedade, visando aprimorando no planejamento e implementação de políticas públicas; b) criação e aplicação de metodologias de ensino em EFE associadas à EI; c) adaptação do currículo às necessidades dos estudantes; d) avaliação processual das aprendizagens, levando em consideração a realidade do aluno; e) formação inicial e continuada dos docentes em EF na perspectiva da EI etc.

Considera-se que essas ações da UNESCO, em conjunto de outros projetos de políticas públicas associados aos princípios e diretrizes de uma EI podem contribuir para a superação das barreiras e dificuldades percebidas no chão da escola e na prática pedagógica do professor de EF (Unesco, 2021).

Também vale averiguar o que alguns dos estudos do PROEF sobre EF na perspectiva da EI nos informam: a exemplo, o trabalho final de Lopes (2020), o qual objetivou avaliar a percepção de professores de EF da Educação Infantil sobre a interação entre alunos com e sem deficiência nas aulas, percebeu-se que nem sempre os professores se sentem aptos a efetuar os trabalhos docentes incluindo e interagindo os estudantes com e sem deficiência, no entanto, ainda nesse mesmo estudo, promoveu-se um modelo de curta duração de formação continuada para esses professores visando amenizar essas dificuldades, e no decorrer de quatro aulas, com a participação de convidados da área de Inclusão, foram abordando temas como: EI na EF, Interação de estudantes com e sem deficiência na EF, Neurociência e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dessa forma, mediante um questionário, o qual buscou averiguar as considerações gerais sobre o curso pelo grupo de professores participantes, o referido estudo supramencionado observou que a formação continuada baseada nas reais necessidades do contexto escolar contribuiu na qualificação profissional docente, desenvolvendo a reflexão e criticidade sobre a prática, promovendo uma pequena mudança positiva e aproximando-se mais de uma Educação Física mais inclusiva.

Outro estudo mais recente do PROEF, o de Pinheiro (2023), que teve como objetivo principal relatar experiências de inclusão de pessoas com deficiência na EFE e

esporte, durante o lapso temporal entre 2019 e 2023 em duas instituições públicas municipais de ensino fundamental, constatou-se que, embora haja esforço no trato com os discentes com deficiência, com escuta, paciência e atenção, os relatos sugeriram também a necessidade de capacitação dos professores para o trato pedagógico inclusivo, pois, entre outras questões, o desconhecimento docente e o medo ao trabalhar com esses grupos às vezes pode gerar desconforto e dificultar o processo de inclusão. Portanto, é sugerido então que se há uma necessidade de formação permanente de professores de EFE em EFI para atenuação desses e outros problemas relacionados à inclusão.

Além do mais, o estudo supramencionado constatou também a importância não apenas do professor de EF no processo de inclusão, mas da escola como um todo, a comunidade local, família e demais sujeitos envolvidos (agentes da própria escola e fora dela), bem como de políticas públicas de qualidade. Com isso, que seja enaltecida sempre a importância do trabalho colaborativo com vista à construção de uma cultura cada vez mais inclusiva, tanto na EFE quanto no universo escolar.

Acredita-se que é ressignificando as metodologias de ensino baseadas na superação de preconceitos e discriminação de qualquer natureza, alinhadas à preocupação do bem-estar geral e no desenvolvimento pleno dos discentes, que se pode amenizar e/ou superar a problemática da (auto)exclusão e desigualdade presentes no ambiente escolar. Contudo, uma perspectiva crítica para essa superação é uma necessidade, portanto, é importante que defendamos uma EFI que se baseie na diversidade cultural e de sujeitos que compõem o ambiente escolar, e que na prática se concretize objetivando sempre o acesso, a participação e as aprendizagens de todos com igualdade e equidade.

Para isso, um ponto relevante para se considerar é a sensibilidade humana, mais especificamente a sensibilidade crítica da docência em EF. Nesse sentido, Martins, Cordeiro e Santos (2024) abordam que as condições laborais precárias da EFE (físicas, sociais, de valorização do professor e do componente curricular, entre outros.) levam a uma espécie de “embrutecimento docente/discente” no ambiente escolar, que se refere à redução ou ausência de uma educação calcada em acolhimento, respeito, cuidado, afeto, dialogicidade, aspectos éticos, estéticos, etc.

Os mesmos autores apontam que, por vezes, o ensino da EF na escola baseado nos preceitos de acolhimento, amorosidade, afeto, cuidado, e outros, tende a culminar em algum tipo de sucesso estudantil, seja na permanência, formação e/ou desenvolvimento. Consequentemente, contribui intrinsecamente e diretamente no processo de inclusão.

Nesse sentido, no que se refere à EFI, é essencial que se haja essa sensibilidade crítica, baseada na justiça social e humanística, afinal, objetiva-se o acolhimento às diversidades, de forma plural e plena, valorizando a igualdade e equidade. Portanto, é preciso cautela para não padronizar comportamentos hostis e conservadores, pois isso pode tornar inviável o alcance de uma postura sensível e crítica no ensino de EF na escola. Logo, apoiando-se nas convicções de Martins e Santos (2023), o método de ensino de EF baseado em uma perspectiva crítica deve se alinhar com questões sociais comprometidas com a justiça social, democracia, diversidade cultural, entre outros fatores importantes.

Com todo esse paradigma, é essencial entendermos que, para além de quaisquer características do nosso público estudantil (estudantes com deficiência, estudantes de raças e etnias distintas, estudantes tímidos, estudantes com depressão e/ou ansiedade, estudantes LGBTQQICAAPF2K+, estudantes em situações de vulnerabilidade, estudantes de classes sociais distintas, entre vários outros), existe um ser humano com toda sua essência, história de vida, possuindo direitos, etc. Como por exemplo o de aprender e se desenvolver, e nós enquanto educadores temos o dever de contribuir nisso, otimizando e facilitando, dentro das possibilidades, esses processos, oportunizando situações pedagógicas que possam emergir as potencialidades dos nossos discentes, de forma consciente, com respeito, igualdade e equidade sempre.

4.2.3 Formação de professores em Educação Física Escolar na perspectiva da Educação Inclusiva

A formação permanente de professores e profissionais é uma necessidade em nossa sociedade, visto que a melhoria na qualidade de ensino também depende disso, seja na escola ou em qualquer outra instituição. Isso corrobora com uma das metas presentes no plano decenal (2014-2024) aprovado pela lei nº 13.005/2014, o PNE (Plano Nacional de Educação), Brasil (2014), o qual menciona que se deve garantir o acesso ao aperfeiçoamento profissional por todos os professores da educação básica, em suas áreas de interesse. Desse modo, acredita-se que a formação inicial não seja suficiente para suprir todas as demandas educacionais, estando incluso o processo da EI.

Esse pensamento está alinhado com o estudo de Pessoa (2019), no qual, ao efetuar sua pesquisa com professores de EFE, constatou que os mesmos se consideram despreparados para lidar com esse componente curricular em uma perspectiva inclusiva

no ambiente escolar, visto que suas formações iniciais não foram suficientes nesse sentido, em decorrência da ausência ou insuficiência de elementos formativos em EI. Portanto, por mais que a formação inicial docente seja boa, que muitas das vezes não é, é preciso que a formação permanente se estenda durante a vida profissional docente, afinal, a EI é um processo desafiador, no qual muitas das vezes se há situações imprevisíveis, necessitando-se de ações pedagógicas mediatas ou imediatas eficazes.

À vista disso, Barcelos *et al* (2020) destacam que o contexto da inclusão é complexo, desafiando todos os envolvidos, além dos docentes de EF, como também a gestão escolar, a família e a própria comunidade, o que sugere que todos reflitam e reavaliem sempre suas práticas no ambiente escolar. Logo, o aperfeiçoamento do professor de EFE no contexto da EI é crucial para o trabalho pedagógico, objetivando facilitar o processo de ensino e aprendizagem lidando com toda a diversidade presente na escola, e conseqüentemente a inclusão de todos os estudantes nas aulas.

Entretanto, Garozzi e Chicon (2021) apontam que ainda existe resquícios de práticas de EFE ligadas ao seu passado, o que exclui estudantes com deficiência, os menos habilidosos, tímidos, entre outros que não se encaixam em um modelo específico de aptidão física e saúde predeterminados. Por essa e outras razões, a formação permanente em EF na perspectiva da inclusão deve ser pensada e fomentado. Muito embora segundo Silva e Martins (2014) a formação continuada por si só não é suficiente para resolver todos esses problemas e/ou modificar seus condicionantes históricos e sociais, contudo, os mesmos autores afirmam que é importante que o docente reconheça tanto os problemas quanto os fatores que os originam, tomando consciência da necessidade de mudanças e ampliação de condicionantes favoráveis às mesmas.

Nesse sentido, a formação continuada de docentes de EFE na perspectiva da EI é essencial para contribuir na garantia do acesso e a participação plena dos estudantes nas práticas corporais de movimento, com igualdade, equidade e qualidade no ensino, um processo que deve ser contínuo e constantemente aprimorado.

Portanto, é necessário que os docentes em EFE estejam sempre em busca de aprimoramento profissional, seja mediante cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou pós-graduação, na perspectiva da EI, porém, é preciso tomar ciência de que a mudança nas práticas pedagógicas e a inclusão não depende apenas do educador, é necessário também o investimento em políticas públicas e diretrizes associadas, ambos recursos

importantes nesse processo, e entre outros fatores socioculturais, cuja figura do professor por si só não consegue lidar com tudo de forma isolada.

Ainda, é importante que a formação permanente esteja alinhada em uma perspectiva crítica, em consonância com Silva e Martins (2014), tomando como base a experiência do professor, estabelecendo parcerias, dialogicidade, afetividade, respeito e outros fatores que fundamentam ações docentes mais progressistas, tudo isso em contraparte à formação tradicional meramente conteudista. Por esse viés, o produto principal do presente estudo, que é o conteúdo de uma unidade didática de um curso EaD de curta duração, fundamenta-se nesse sentido, pois visa fortalecer saberes e práticas pedagógicas em EFE na perspectiva da inclusão mediante princípios, diretrizes e experiências práticas exitosas reais de professores de EF.

Espera-se que com o produto do presente estudo haja uma pequena contribuição nesse processo, afinal, ainda não temos todas as respostas e soluções para todos os problemas e desafios relacionados a inclusão presentes no ambiente escolar, por mais que já tenhamos uma melhoria se comparado com o passado (Silva, 2023). Contudo, ainda há muito a ser feito e combatido, e a EFE para ser de fato inclusiva precisa ser fortalecida dia após dia com ações positivas por parte do professor e pelos pares envolvidos.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 Características do estudo

A O presente estudo foi desenvolvido como parte de um projeto maior, denominado de “Escola Promotora da Saúde: tecnologias para o fortalecimento e a integração de políticas públicas de promoção da saúde e educação integral”, conduzido em parceria com o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Atividade Física, Saúde e Escola (GRAFES), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Nele (o projeto maior), busca-se mediante o programa de intervenção “ProMOVE: Escolas + Saudáveis” o fortalecimento e a implementação de ações de promoção de saúde nas Escolas de Tempo Integral do município de Fortaleza-CE, com foco nos anos finais do ensino fundamental.

Nesse sentido, o desenho desse estudo é metodológico e de abordagem quanti-qualitativa, focado na análise, desenvolvimento e validação de um Produto Educacional (PE) como parte de uma Tecnologia Educacional (TE): o conteúdo de uma unidade didática de um curso de formação à distância de curta duração para professores da rede municipal de Escolas de Tempo Integral de Fortaleza-CE, o qual foi denominado de “Promoção da saúde e o trabalho docente na escola”.

Teixeira (2020) aborda que a pesquisa metodológica é uma ferramenta para construção de tecnologias que objetivam inserção social, podendo ser gerenciais, assistenciais e educacionais, sendo essa última o tipo de tecnologia desse estudo. A mesma autora reforça que as TEs são instrumentos de mediação a serem utilizados em processos pedagógicos educacionais nas relações que englobam professor e aluno, bem como outros agentes que podem estar inseridos, objetivando assim a facilitação desses processos. Existem três tipos de TEs, a saber:

- TE para ensino superior, a qual tem como público alvo estudantes;
- TE para educação no âmbito da saúde, que visa atender a comunidade; e
- TE para formação permanente, cujo público alvo específico são profissionais (Teixeira, 2020).

Além disso, a metodologia de pesquisa quanti-qualitativa combina dados subjetivos com numéricos, para Flick (2004), a confluência dos métodos qualitativo e quantitativa propicia maior credibilidade à pesquisa, enriquecendo constatações

atribuídas mediante dados estatísticos, proporcionando uma visão mais global do fenômeno investigado. Segundo Gil (2008), esse método permite que o pesquisador observe padrões, tendências e variáveis, ao passo que também explora e compreende conceitos e significados por meio de informações e dados textuais, buscando a interpretação de conclusões e resultados.

5.2 Síntese do PE

A seguir, uma breve síntese referente ao PE do presente estudo, sendo apresentado em dois quadros, cujo primeiro descreve sucintamente as dimensões e questões essenciais, e o segundo, sobre a adesão aos critérios de uma Produção Técnica. Logo abaixo, no Quadro 1, segue o PE descrito de forma resumida.

Quadro 1 – Resumo descritivo do PE

DIMENSÕES	QUESTÕES ESSENCIAIS DO PE	DESCRIÇÃO
Desenvolvimento	O que (qual produto)?	Conteúdo do módulo de um curso de formação.
	Com qual objetivo?	Fortalecer saberes e práticas pedagógicas de Educação Física na perspectiva da inclusão.
	Qual a fundamentação teórica principal?	Princípios, diretrizes e literatura bibliográfica relacionada a EFI.
Produto	Para quem?	Professores de Educação Física.
	Onde será usado?	Escolas da rede pública de ensino.
	Qual o conteúdo principal?	Experiências pedagógicas reais em EFI.
	Presencial e/ou remoto?	Remoto.
Implementação	Onde o PE será ofertado?	Plataforma de cursos EaD da UECE.

	Onde o PE será distribuído?	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da UECE.
	Onde o PE será divulgado?	Portais da SME de Fortaleza/CE, AVA MEC e EDUCAPES

Fonte: elaboração própria, 2024.

A seguir, segue o Quadro 2, o qual justifica a adesão aos critérios de uma produção técnica educacional. Trata-se de uma preocupação necessária, afinal, acredita-se que a criação de um PE de qualidade e que atenda aos critérios estabelecidos para uma Produção Técnica (Brasil, 2019) garante credibilidade, autenticidade, durabilidade, utilidade, etc.

Quadro 2 – Adesão do PE aos critérios de uma Produção Técnica

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO
1. Aderência: relação do PE com a maturação do PROEF e suas áreas de concentração e linhas de pesquisas.	O PE se mostra pertinente tanto ao programa quanto à linha de pesquisa, visto que se trata do conteúdo do módulo de um curso de formação para professores, no qual há exemplos de práticas metodológicas para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem docente.
2. Impacto: A avaliação deste critério está relacionada com as mudanças causadas pelo produto Técnico e Tecnológico no ambiente em que o mesmo está inserido. Para avaliar tal critério é importante entender o motivo de sua criação, onde a questão do demandante se torna de grande relevância, e também deve estar claro qual o foco de aplicação do produto.	Espera-se que mediante esse PE haja contribuição para a formação permanente docente, otimizando o conhecimento para que os professores e professoras possam cada vez mais estarem mais preparados para o dia a dia no ambiente escolar, e com isso, propiciar melhorias na formação plena dos nossos estudantes dentro do componente curricular Educação Física.

<p>3. Aplicabilidade: O critério aplicabilidade faz referência à facilidade com que se pode empregar o Produto a fim de atingir os objetivos específicos para os quais foi desenvolvida. Entende-se que uma produção que possua uma alta aplicabilidade, apresentará uma abrangência potencialmente elevada.</p>	<p>O PE em questão será de fácil aplicação e acesso, visto que se faz parte de um curso de formação EaD e será disponibilizado em plataformas de cursos mediante o AVA. Dessa forma, o cursista estará livre para estudar quando e onde quiser, levando em consideração o seu ritmo e disponibilidade.</p>
<p>4. Inovação: a ação ou ato de inovar, podendo ser uma modificação de algo já existente ou a criação de algo novo.</p>	<p>Pode-se dizer que o caráter inovador desse PE reside na utilização de experiências docentes, com possibilidades de conscientização e preparação do professor(a) para atendimento às necessidades educativas dos estudantes, baseando-se em princípios, diretrizes e práticas pedagógicas reais exitosas.</p>
<p>5. Complexidade: diversidade de atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento de produtos técnico-tecnológicos. (BRASIL, 2019b, p. 22-25, grifos nossos)</p>	<p>A produção desse PE foi pensada cuidadosamente levando em consideração cada um dos critérios estabelecidos para uma produção técnica de qualidade, cujo rigor metodológico é enfatizado, pensando-se no equilíbrio entre o caráter técnico, relevância e entendimento do conteúdo da unidade do módulo do curso de formação.</p>

Fonte: elaboração própria (2024), com base em Brasil (2019).

5.3 Fases do estudo

O presente estudo foi projetado em três etapas principais, tendo como base o *design* instrucional de Filatro (2023): 1. Análise e planejamento; 2. Construção do Produto Educacional (PE); e 3. Validação de conteúdo e aparência do PE. Neste particular, a mesma autora conceitua *design* instrucional como uma ação de planejamento envolvendo estratégias, métodos, instrumentos, técnicas e recursos em situações didáticas

de processos de aprendizagem em modalidades de ensino EaD (Ensino a distância), presencial ou híbrido.

Ressalta-se que tanto o desenvolvimento da TE maior (o curso de formação), quanto o PE desse estudo (o conteúdo de uma unidade didática desse mesmo curso), foram realizados de acordo com os fundamentos do *design* instrucional de Filatro, entretanto, buscando atender ao tempo pretendido máximo para conclusão e entrega do estudo pelo programa em questão, o PROEF, esse PE não incluiu a etapa de Implementação e Distribuição, sendo a última fase proposta pela autora supramencionada para o desenvolvimento de conteúdo educativo. No entanto, a mesma ocorrerá subsequentemente à defesa e conclusão dessa Dissertação.

As referidas fases estão descritas na figura 2 a seguir:

Figura 2 – Fases do estudo (Percurso Metodológico do PE)



Fonte: elaboração própria (2024), com base em Filatro (2023).

5.3.1 Fase 1 – Análise e planejamento do Produto Educacional (PE)

A primeira fase desse estudo foi a análise e planejamento do PE, nessa etapa, foi estabelecido o problema da pesquisa, objetivos e referencial a ser utilizado, que foi feito mediante o método de pesquisa bibliográfica. Esse método de pesquisa se baseia por meio de levantamento de material bibliográfico publicado sobre o assunto e tema da pesquisa

a ser feita, isso requer dedicação e análise por parte do pesquisador no trabalho científico (Souza, Oliveira e Alves, 2021).

Essa revisão bibliográfica foi imprescindível para nortear a construção do PE. Nesse momento, foi feito um breve levantamento sobre estudos relevantes sobre Educação Física Inclusiva e alguns relacionados a Tecnologias Educacionais, e como critérios de elegibilidade, foram inclusos nesse estudo pesquisas disponíveis na sua integralidade, gratuitos, que tinham relação com o componente curricular EF em uma perspectiva de EI e realizados nos últimos vinte anos. E foram excluídas pesquisas em forma de relatos de experiência, resumos publicados em eventos científicos (congressos, simpósios etc.), cartas, editoriais e estudos duplicados.

Ressalta-se que, além de obras e estudos relacionados a EFI e TEs, também foram utilizados *websites* específicos e documentos legais orientadores (Leis e Diretrizes) para o planejamento e posterior desenvolvimento desse PE, que também foram norteadores na construção do curso maior.

5.3.2 Fase 2 – Construção do PE

Essa fase envolveu o desenvolvimento do *design* e a construção do PE, conforme os princípios do *design* instrucional de Filatro. O *design* instrucional pode ser entendido em dois níveis diferentes: nível macro, o qual visa organizar e adequar um projeto, englobando análise de requisitos para criação de um curso (as estratégias pedagógicas, os objetivos de ensino e aprendizagem específicos, o perfil discente e docente, etc.); e nível micro, que implica gerenciamento do conteúdo em si a ser disponibilizado aos alunos – didática, recursos, procedimentos, entre outros (Filatro, 2011).

Além disso, a mesma autora estabelece que todo material didático-pedagógico instrutivo deve conter conteúdo relevante e contextualizado, possuir linguagem apropriada para o público específico, devendo envolver e entreter também, além do aspecto pedagógico. Por esse viés, esse PE procurou atender a esses princípios, sendo imprescindíveis na construção de conteúdos e materiais educativos.

Para o curso maior, a fase anterior de análise e planejamento envolveu toda a identificação de necessidades no processo de aprendizagens, sendo observado o contexto local para oferta do curso, nisso, a fase de construção abrangeu esse planejamento geral, adequando-se ao público envolvido e as principais potencialidades e restrições do

contexto. Essa etapa envolveu a concretização do que foi planejado anteriormente, tanto no curso maior quanto desse Produto Educacional.

Dessa forma, durante essa etapa, foi desenvolvida toda a infraestrutura digital do PE em questão (forma, conteúdo didático, configurações, *layout* geral, etc.) por meio de uma ferramenta online de *design* gráfico: o Canva. Essa plataforma permite criar projetos gráficos de mídia, pôsteres, conteúdos visuais diversos, apresentações, e muito mais. Destaca-se que essa fase ocorreu em conjunto de equipes de trabalho e apoio da TE maior: o curso de formação, concomitante à produção de outros conteúdos.

Por fim, ao final dessa etapa, analisou-se cuidadosamente cada aspecto pertinente, tanto no PE quanto do curso maior como um todo, obtendo dados qualitativos e quantitativos para serem utilizados na fase posterior: validação e aparência.

5.3.3 Fase 3 – Validação de conteúdo e aparência do PE

A terceira e última fase desse estudo, tendo como base os fundamentos e princípios do *design* instrucional de Filatro, foi a validação e aparência do PE. Essa etapa objetiva validar todo o processo e garantir a qualidade do conteúdo e do curso, zelando pelo atendimento aos critérios pedagógicos e instrucionais pré-estabelecidos.

De acordo com Alexandre e Coluci (2011), a presente etapa visa avaliar o nível de cada elemento de cursos levando em consideração um grau de relevância específico a ser considerado. Nesse sentido, após desenvolvido, foi realizada a validação e aparência desse PE por juízes especialistas e juízes professores de Educação Física.

Nesse sentido, para a elegibilidade dos avaliadores, foi utilizada a estratégia denominada “bola de neve”, na qual se faz busca por referências sobre os atores, e com isso, identificar aqueles que melhor se adequam ao perfil buscado pelo estudo (Polit & Beck, 2018). Além disso, conforme aponta Teixeira (2020), por ser uma amostragem não probabilística, os sujeitos selecionados podem sugerir outros participantes para o estudo, algo que coincidentemente ocorreu nesse estudo. Entretanto, considerou-se alguns critérios de seleção para inclusão e exclusão dos juízes, descritos no quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Critérios de inclusão e exclusão dos juízes especialistas e professores para validação e aparência do PE

	JUÍZES ESPECIALISTAS	JUÍZES PROFESSORES
Critérios de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Ter experiência docente em Educação Física de no mínimo 2 anos na rede pública; • Mestrado ou Doutorado na área de Educação ou Saúde; • Ter experiência em pesquisas de validação de TE; • Ter produção acadêmica com publicação relacionada à TE. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ter Licenciatura em Educação Física; • Ter experiência docente em Educação Física de no mínimo 2 anos na rede pública de ensino; • Estar atuando em escolas públicas de ensino fundamental ou médio.
Critérios de exclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Não ter assinado o TCLE; • Não preenchido completamente todos os dados dos questionários; • Estar na equipe de desenvolvimento da TE (o curso maior), para evitar conflitos de interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não ter assinado o TCLE; • Não preenchido completamente todos os dados dos questionários; • Estar na equipe de desenvolvimento da TE (o curso maior), para evitar conflitos de interesse.

Fonte: elaboração própria (2024).

Vale ressaltar que essa fase, além de validar o processo, permite ajustes e refinamentos importantes antes da futura oferta, implementação e distribuição do curso.

5.3.4 Fase 4 – Implementação e distribuição

Essa fase representa a etapa após o desenvolvimento e a validação do PE, com a oferta, divulgação e distribuição do curso maior, fase essa iniciada durante a produção

final dessa Dissertação, e que será concluída subsequentemente. Esse curso será disponibilizado nas plataformas do AVA da UECE (que será a instituição certificadora do curso) e com divulgação nos portais da SME (incluindo a Academia do Professor), visando alcançar diferentes atores da comunidade escolar EFE da rede municipal de Fortaleza, mas também, de outras cidades e redes de ensino do Ceará e do país.

Vale lembrar que o PE em questão, que é o núcleo desse estudo, é parte de uma TE maior: um curso de formação EaD, um projeto de pesquisa intitulado Escola Promotora de Saúde – EPS, o qual visa a implementação de ações voltadas à promoção de saúde nas Escolas de Tempo Integral do município de Fortaleza/CE e que será divulgado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), sendo ofertado e distribuído pelas plataformas digitais de cursos EaD da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Portanto, esse PE pertence a um programa municipal (EPS), como parte do conteúdo de um módulo específico desse programa, referente à EFE na perspectiva da inclusão.

Essa etapa de implementação e distribuição do programa ocorrerá efetivamente também mediante as plataformas AVA MEC e EDUCAPES, as quais são, respectivamente, um sistema online de cursos à distância do Ministério da Educação que fomenta tecnologias digitais de educação para educação básica, portal de objetos educacionais a distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, também vinculado ao MEC.

A oferta, distribuição e implementação desse curso de formação poderá permitir a formação profissional para professores em serviço, possibilitando adquirir competências para preparar e usar o conteúdo curricular e recursos (instrumentos de avaliação, planos de aulas, materiais didáticos e modelos de colaboração escola/comunidade) disponibilizando-os aos educadores e comunidade escolar. A implementação destas formações será conduzida pelos outros pesquisadores do projeto geral (EPS), almejando alcançar o máximo de atores das escolas participantes.

5.4 Cuidados éticos

Este estudo, como parte do macroprojeto intitulado “Escolas Promotoras da Saúde: Tecnologias para o Fortalecimento e a Integração de Políticas Públicas de Promoção da Saúde e Educação Integral”, foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UECE, sob parecer 6.844.517, em 23 de maio de 2024 (CAEE:

77285324.8.0000.5534), observando aos aspectos éticos sobre a pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Acrescenta-se que os participantes tiveram suas identidades preservadas e puderam desistir e sair a qualquer momento.

6. RESULTADOS

6.1 Levantamento bibliográfico

Para o planejamento e desenvolvimento desse estudo, foi feito um levantamento bibliográfico por meio de uma busca eletrônica nas seguintes bases de dados: *Scielo* Brasil, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, EduCAPES e Google Acadêmico, nas quais se usou os seguintes descritores e cruzamentos: “*Inclusive Physical Education*”. Ainda, enfatizou-se uma revisão específica na literatura brasileira a respeito dessa temática, objetivando contemplar experiências baseadas na realidade nacional.

Essa revisão foi elaborada no período de maio a junho de 2024, sendo implementada posteriormente com outros achados relevantes para a escrita final da dissertação. Ainda, além de obras e pesquisas publicados sobre Educação Física Inclusiva, foram utilizados *websites*, leis e diretrizes, estudos de apoio relacionados ao planejamento, construção e validação de Tecnologias Educacionais, e por fim, documentos legais orientadores para a criação do produto, que também foram norteadores na construção do curso maior.

Destaca-se que no levantamento do material bibliográfico, em conjunto do método de pesquisa bibliográfica, foi utilizado também o método de análise do conteúdo de Bardin (2011), um método de pesquisa qualitativa muito utilizado na análise e definição de conteúdos textuais diversos. Essa técnica fornece um conjunto de procedimentos usuais em etapas para classificação, interpretação e compreensão de dados:

1. Pré-análise: a primeira etapa, na qual o pesquisador fará a escolha e separação do material a ser analisado, é importante estabelecer critérios para essa seleção;
2. Exploração do material: nessa segunda etapa o pesquisador executa uma leitura mais aprofundada para identificar padrões e textos que tenham relação com o tema específico da pesquisa, buscando padrões;
3. Tratamento dos resultados: na terceira etapa o autor busca sistematizar os dados, categorizando as informações pertinentes, geralmente em tópicos específicos, entre outras formas de classificação;
4. Interpretação: quarta e última etapa, aqui, o pesquisador executa uma análise profunda e reflexiva dos dados e resultados, objetivando uma compreensão e interpretação à luz dos objetivos gerais e específicos da pesquisa (Bardin, 2011).

Segundo a autora, a metodologia de análise de conteúdo é um instrumento flexível e adaptável a diversos tipos de estudo e pesquisa, e não apenas para aqueles de abordagem qualitativa, afinal a sistematização sugerida nos procedimentos pressupõe um rigor científico, permitindo uma clara definição e execução dos objetivos de análise, compreensão e tratamento dos dados e resultados.

Por esse viés, a escolha e definição dos estudos de base e tratamento dos resultados para a pesquisa e o PE foram definidos considerando tanto os critérios anteriormente pré-estabelecidos, como também pela metodologia de análise de conteúdo de Bardin, sendo escolhidos aqueles documentos, textos e informações considerados relevantes e pertinentes pelo pesquisador à luz dos objetivos do estudo.

O quadro 4 a seguir apresenta o quantitativo de pesquisas e documentos legais (leis e diretrizes) achados e utilizados nesse estudo e no PE:

Quadro 4 – Quantitativo de obras, publicações e documentos achados e utilizados no estudo e no PE

OBRAS, PUBLICAÇÕES E DOCUMENTOS	EFI	TEs	Leis & Diretrizes
Percebidos/achados	35	15	17
Considerados/utilizados	25	12	15

Fonte: elaboração própria, 2025.

Legenda: EFI: Educação Física Inclusiva; TEs: Tecnologias Educacionais.

6.2 Desenvolvimento do PE

Para o desenvolvimento do PE, após separação do material bibliográfico a ser utilizado, foram feitas reuniões semanais com as equipes de trabalho e apoio da TE maior: o curso de formação, para definição de metas e objetivos semanais relacionados à construção do conteúdo e da aparência. Essa fase durou cerca de cinco meses, entre setembro e dezembro de 2024, considerando cada aspecto do curso (conteúdo, *design* gráfico, questões textuais de coesão, coerência e ortografia, etc.), fazendo uso de ferramentas digitais online e entre outros recursos para construção e auxílio na produção (*canva*, *word*, *excel*, *websites*, vídeos e imagens).

Dessa forma, para construção do PE, considerou-se alguns autores com estudos teóricos publicados envolvendo TEs, como Polit & Beck (2018), Teixeira (2020) e Filatro (2023), Rocha, et al (2023), entre outros; além disso, foram utilizadas algumas referências e diretrizes relacionadas à EFE e EI, como: Alves e Fiorini (2018); Mendes (2020); Garozzi e Chicon (2021); Base Nacional Comum Curricular – BNCC, (Brasil, 2017); Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC, (Ceará, 2019); Política Nacional de Educação Especial – PNEE, (Brasil, 2020), etc.

Ainda, foram inseridas no PE experiências reais exitosas em Educação Física na perspectiva da inclusão, objetivando fortalecer saberes e práticas pedagógicas nesse sentido para professores desse componente curricular. Para isso, algumas fontes e *websites* usadas na pesquisa dessas experiências foram: Portal DIVERSA (um portal da *web* que tem a missão de disseminar conhecimentos referentes à Educação Inclusiva), Instituto Rodrigo Mendes (uma organização sem fins lucrativos que, dentre outros objetivos, buscam contribuir na adesão e permanência de pessoas com deficiência na escola); Impulsiona (plataforma de cursos online, experiências e materiais educativos digitais de Educação Física e esporte); e um relato de experiência publicado em revista.

Logo, como resultado final da construção desse PE, o mesmo foi uma parte do conteúdo de uma unidade didática de um módulo de um curso denominado de “Promoção da saúde e o trabalho docente na escola”, mais especificamente na unidade 2 – Linguagens e códigos, do módulo 4, denominado “Experiências Pedagógicas de integração da Saúde no currículo escolar”. Nisso, obteve-se a versão preliminar do produto (ver Apêndice B) para ser utilizada na posterior validação de conteúdo e aparência.

6.3 Validação de conteúdo e aparência do PE

No processo de validação de conteúdo e aparência do PE, efetuou-se a busca por referências dos possíveis juízes, considerando aqueles que melhor se adequassem ao perfil buscado pelo (estratégia “bola de neve”), além disso, foi utilizada a Plataforma Lattes para busca dos candidatos que foram convidados a participar dessa fase do estudo, de forma não-probabilística e por conveniência. Destaca-se que essa etapa ocorreu nos meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025.

Logo mais, os convites (ver Apêndice A) foram enviados via e-mail aos candidatos, pessoal e/ou institucional, bem como via *whatsapp* de forma resumida para

aqueles já conhecidos pelo pesquisador, contudo, ambas as formas de convite continham: apresentação, os objetivos, as devidas instruções, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e o link contendo o questionário de identificação, o conteúdo do PE a ser analisado e validado e os devidos instrumentos de validação.

Assim, após o envio de 53 convites, participaram do estudo o total de 21 pessoas (8 juízes especialistas e 13 juízes professores), uma quantidade razoável considerando as recomendações de Pasquali (2009), que é entre 6 à 20 juízes especialistas. Todos os dados mensurados dos participantes no processo de validação de conteúdo e aparência do PE estão descritos no Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Perfil demográfico e acadêmico dos participantes do processo de validação de conteúdo e aparência de conteúdo (n=21)

	Variável	N	%
Região	Nordeste	20	95,24
	Sul	1	4,76
Faixa etária	18 a 24 anos	1	4,76
	25 a 34 anos	6	28,57
	35 a 44 anos	12	57,14
	45 a 54 anos	1	4,76
	55 a 64 anos	1	4,76
Sexo	Feminino	11	52,38
	Masculino	10	47,62
Grupo que melhor representa	Pesquisador (a)/especialista	8	38,1
	Professor (a) de Educação Física na Educação Básica	13	61,9
Graduação	Licenciatura em Educação Física	18	85,71
	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	2	9,52
	Outros	1	4,76
Ano de conclusão da graduação	Antes de 2000	1	4,76

	Entre 2001 e 2010	5	23,8
	Entre 2011 e 2020	13	61,9
	Depois de 2020	2	9,52
Maior titulação acadêmica	Doutorado	2	9,52
	Ensino Superior Completo	1	4,76
	Mestrado	7	33,33
	Pós-graduação (Lato Sensu - Especialização)	11	52,38
Vínculo com a escola	Efetivo	13	61,9
	Temporário	8	38,1
Tempo de atuação na escola	Até 1 ano	2	9,52
	Entre 2 e 5 anos	7	33,32
	Entre 6 e 10 anos	6	28,57
	Entre 11 e 15 anos	4	19,04
	Mais de 15 anos	2	9,52

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Legenda: n: número de elementos do estudo (juízes); %: porcentagem.

Os instrumentos para validação de conteúdo e aparência do PE foram: o Instrumento de Validação de Aparência de Tecnologia Educacional em Saúde – IVATES, Souza, Moreira e Borges (2020), para avaliar a adequação visual; e o Instrumento de Validação de Conteúdo Educativo em Saúde – IVCES, Leite *et al* (2018), para validação do conteúdo. Além disso, foram destinados espaços ao final das seções do curso para incluir sugestões/críticas/elogios, incluindo esse PE, para que os avaliadores pudessem adicionar comentários qualitativos, visando aprimorar o conteúdo do curso.

O primeiro instrumento (IVATES) teve como objetivo avaliar as ilustrações, formas e cores do curso, em uma escala adjetival com cinco opções para resposta: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo, 3 = discordo parcialmente, 4 = concordo e 5 = concordo totalmente. E o segundo (IVCES) possui uma configuração com diversos itens subdivididos em três domínios: objetivos, estrutura/apresentação e relevância do curso, cuja escala possui três opções para respostas: 0 = discordo, 1 = concordo parcialmente e 2 = concordo totalmente.

O questionário contendo os instrumentos em conjunto com as perguntas para caracterização dos juízes foi digitado no *SurveyMonkey*, uma plataforma online que possibilita criar enquetes, testes e questionários.

Desse modo, os dados e valores finais da validação adquiridos pelos juízes especialistas e professores foram transcritos em uma planilha do *Excel* para organização, visualização e tabulação. Então, foi calculado o Índice de Validade de Conteúdo (IVC) com a soma das respostas daqueles itens onde houve concordância total ou parcial no IVCES, e o Índice de Validade de Aparência (IVA) no IVADES, considerando apenas as respostas de concordância e concordância total. Então, dividiu-se o resultado obtido pelo número de avaliadores para ambos os instrumentos.

Em estudos com a média entre seis e dez juízes especialistas, Polit e Beck (2018) consideram válidos os itens com IVC igual ou superior a 0,80 na avaliação total ou pelo menos 0,78 para os itens individuais. Nesse sentido, baseando-se nos autores, após o cálculo do IVC e do IVA nos instrumentos de validação de conteúdo e de aparência, considerou-se válidos os itens com $IVC \geq 0,78$, levando em conta o seguinte padrão: $IVC \geq 0,78$ =excelente; entre 0,60 e 0,77=bom; e $< 0,59$ =ruim.

Desse modo, na validação de conteúdo (IVC), todos os 18 itens do instrumento (IVCES) obtiveram avaliação excelente ($IVC \geq 0,78$), sendo 100% com IVC 1,0.

A Tabela 2 a seguir apresenta os dados do IVC.

Tabela 2 – Validação dos juízes quanto ao conteúdo do PE (n=21)

Aspectos avaliados do conteúdo	Concordância n(%)			IVC	Média (dp)
	Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente		
Objetivos					
1. Contempla tema proposto)	0,0(0,00)	6,0(28,57)	15,0(71,43)	1,00	0,46
2. Adequado ao processo de ensino-aprendizagem	0,0(0,00)	4,0(19,05)	17,0(80,95)	1,00	0,4
3. Esclarece dúvidas sobre o tema abordado	0,0(0,00)	5,0(23,81)	16,0(76,19)	1,00	0,44
4. Proporciona reflexão sobre o tema	0,0(0,00)	3,0(14,29)	18,0(85,71)	1,00	0,36

5. Incentiva mudança de comportamento)	0,0(0,00)	7,0(33,33)	14,0(66,67)	1,00	0,48
Estrutura/apresentação					
6. Linguagem adequada ao público-alvo	0,0(0,00)	2,0(9,52)	19,0(90,48)	1,00	0,3
7. Linguagem apropriada ao material educativo	0,0(0,00)	4,0(19,05)	17,0(80,95)	1,00	0,4
8. Linguagem interativa, permitindo envolvimento ativo no processo educativo	0,0(0,00)	4,0(19,05)	17,0(80,95)	1,00	0,4
9. Informações corretas	0,0(0,00)	3,0(14,29)	18,0(85,71)	1,00	0,36
10. Informações objetivas	0,0(0,00)	4,0(19,05)	17,0(80,95)	1,00	0,4
11. Informações esclarecedoras	0,0(0,00)	3,0(14,29)	18,0(85,71)	1,00	0,36
12. Informações necessárias	0,0(0,00)	3,0(14,29)	18,0(85,71)	1,00	0,36
13. Sequência lógica das ideias	0,0(0,00)	4,0(19,05)	17,0(80,95)	1,00	0,4
14. Tema atual	0,0(0,00)	2,0(9,52)	19,0(90,48)	1,00	0,3
15. Tamanho do texto adequado	0,0(0,00)	5,0(23,81)	16,0(76,19)	1,00	0,44
Relevância					
16. Estimula o aprendizado	0,0(0,00)	4,0(19,05)	17,0(80,95)	1,00	0,4
17. Contribui para o conhecimento na área	0,0(0,00)	1,0(4,76)	20,0(95,24)	1,00	0,22
18. Desperta interesse pelo tema	0,0(0,00)	4,0(19,05)	17,0(80,95)	1,00	0,4

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Legenda: IVC: Índice de Validação de Conteúdo; dp: desvio padrão.

Já na validação de aparência (IVA), dos 12 itens avaliados pelo instrumento (IVADES), 10 obtiveram a avaliação excelente ($IVA \geq 0,78$), entre 0,78 e 0,95, e 2 com a avaliação bom (IVA entre 0,60 e 0,77), um com 0,71 e outro com 0,76.

A Tabela 3 a seguir apresenta os dados do IVA.

Tabela 3 – Validação dos juízes quanto a aparência do PE (n=21)

Aspectos avaliado da aparência	Concordância n(%)					IV A	Médi a (dp)
	Concordo	Concordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialment e	Discordo Totalment e		
1. As ilustrações estão adequadas para o público-alvo	10,0(47,62)	9,0(42,86)	0,0(0,00)	2,0(9,52)	0,0(0,00)	0,9	0,66
2. As ilustrações são claras e transmitem facilidade de compreensão	9,0(42,86)	8,0(38,1)	0,0(0,00)	4,0(19,05)	0,0(0,00)	0,81	0,75
3. As ilustrações são relevantes para compreensão do conteúdo pelo público-alvo	9,0(42,86)	9,0(42,86)	1,0(4,76)	2,0(9,52)	0,0(0,00)	0,86	0,83
4. As cores das ilustrações estão adequadas para o tipo de material	8,0(38,1)	11,0(52,38)	1,0(4,76)	0,0(0,00)	1,0(4,76)	0,9	1,06
5. As formas das ilustrações estão adequadas para o tipo de material	9,0(42,86)	9,0(42,86)	1,0(4,76)	2,0(9,52)	0,0(0,00)	0,86	0,83
6. As ilustrações retratam o cotidiano do público-alvo da intervenção	8,0(38,1)	8,0(38,1)	1,0(4,76)	4,0(19,05)	0,0(0,00)	0,76	0,89
7. A disposição das figuras está em harmonia com o texto	7,0(33,33)	8,0(38,1)	1,0(4,76)	4,0(19,05)	1,0(4,76)	0,71	1,12
8. As figuras utilizadas elucidam o	9,0(42,86)	10,0(47,62)	0,0(0,00)	2,0(9,52)	0,0(0,00)	0,9	0,67

conteúdo do material educativo								
9. As ilustrações ajudam na exposição da temática e estão em uma sequência lógica	10,0(47,62)	9,0(42,86)	1,0(4,76)	1,0(4,76)	0,0(0,00)	0,9	0,78	
10. As ilustrações estão em quantidade adequadas no material educativo	12,0(57,14)	8,0(38,1)	0,0(0,00)	1,0(4,76)	0,0(0,00)	0,95	0,58	
11. As ilustrações estão em tamanhos adequados no material educativo	12,0(57,14)	6,0(28,57)	2,0(9,52)	1,0(4,76)	0,0(0,00)	0,86	0,86	
12. As ilustrações ajudam na mudança de comportamentos e atitudes do público-alvo	12,0(57,14)	7,0(33,33)	1,0(4,76)	1,0(4,76)	0,0(0,00)	0,9	0,75	

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Legenda: IVA: Índice de Validação de Aparência; dp: desvio padrão.

Por fim, os dados qualitativos adquiridos nos comentários pelos juízes conduziram aos ajustes em alguns aspectos do PE, totalizando 32 sugestões. O Quadro 5 a seguir descreve quanto aos comentários feitos pelos juízes, decisões tomadas e justificativas:

Quadro 5 – Comentários feitos pelos juízes, decisões tomadas e justificativas

COMENTÁRIOS	DECISÕES/JUSTIFICATIVAS
<i>Organizar os tamanhos das imagens em um padrão definido (pequenas, médias e grandes, com medidas em cm).</i>	Ajustes feitos.

<i>Manter um padrão de tamanho e localização para as imagens, evitando a impressão de que foram "jogadas" no texto.</i>	Ajustes feitos.
<i>Avaliar o uso excessivo de imagens, buscando evitar poluição visual.</i>	Ajustes feitos.
<i>Pensar em ilustrações mais no estilo "desenhos" em vez de "imagens reais" ou adotar um padrão específico para todas as imagens.</i>	As imagens reais foram mantidas por considerarmos que pode ser mais um recurso de visualização das experiências.
<i>Na primeira menção de uma sigla como BNCC, escrever por extenso (Base Nacional Comum Curricular).</i>	Todas já foram mencionadas anteriormente.
<i>Informar o leitor que, ao clicar nos cadernos, será direcionado para o documento.</i>	Feito e padronizado.
<i>Criar uma caixa de texto "Para saber mais" com design personalizado para os hipertextos.</i>	Feito e padronizado.
<i>Usar os parágrafos de síntese ao final de cada experiência como fechamento da unidade, organizando as páginas e tornando a aparência mais atrativa.</i>	Os parágrafos ao final de cada relato são fundamentais para o entendimento da relação da experiência apresentada com o tema e a proposta do curso maior.
<i>Incluir momentos de reflexão e feedback dos alunos após cada experiência prática, para fortalecer o impacto pedagógico.</i>	As experiências foram apresentadas conforme os relatos publicados, cabendo ao professor integrar os momentos de reflexão em sua prática.
<i>Analisar as Diretrizes Curriculares do município de Fortaleza, considerando que o curso será aplicado lá.</i>	O curso será disponibilizado para outras localidades também, posteriormente.

<i>Destacar que o protagonismo é conjunto entre professor e alunos.</i>	Modificado.
<i>Incluir mais aspectos multidisciplinares nos textos, conectando os temas com história, geografia e questões sociais (gênero, saúde mental).</i>	O curso maior já efetua esse papel em outros módulos considerando que é multidisciplinar e já engloba as demais áreas de conhecimento.
<i>Ampliar a definição de Educação Física, considerando a BNCC e o contexto da saúde, além da promoção da saúde.</i>	Embora faça parte de um curso maior sobre saúde na escola, o foco do PE em específico é Educação Física Inclusiva, considerando que em outra unidade didática já é feita uma abordagem mais ampla sobre saúde.
<i>Aprofundar a abordagem da BNCC no contexto da inclusão.</i>	Considerou-se além da BNCC, outras referências na construção do conteúdo e experiências.
<i>Abordar a saúde de forma mais específica, dialogando com temas atuais e relevantes como o capacitismo.</i>	Embora faça parte de um curso maior sobre saúde na escola, o foco específico do PE é Educação Física Inclusiva, considerando que em outra unidade didática já é feita essa abordagem com a saúde e temas relacionados.
<i>Abordar a inclusão de forma mais ampla, considerando questões como imagem corporal e alunos neurodivergentes, não se limitando a deficiências.</i>	Os princípios e as experiências apresentadas destacam que a inclusão diz respeito a todos, e não apenas aos estudantes com deficiência.
<i>Mencionar a importância das práticas corporais (esporte, jogos, danças, lutas, ginásticas) para a saúde mental.</i>	O texto já destaca a importância da Educação Física e práticas corporais para o bem-estar físico, mental e social.
<i>Incluir referências ao Guia de Atividade Física para a População Brasileira,</i>	As experiências contêm os links que direcionam para a página na web referentes às referências.

<p><i>especialmente o capítulo sobre pessoas com deficiência.</i></p>	
<p><i>Destacar os principais desafios da inclusão na Educação Física e na escola em geral.</i></p>	<p>Por considerar que cada realidade é única, cabe ao professor fazer essa análise considerando aplicar as orientações e /ou experiências sugeridas pelo PE de acordo com sua realidade local.</p>
<p>Sugestões para ajustes textuais:</p> <p><i>Padronizar o uso de letras maiúsculas e minúsculas, ex: "Educação Física Inclusiva";</i></p> <p><i>Deixar "inclusão" com letra minúscula e padronizar a pontuação;</i></p> <p><i>Manter "Educação Inclusiva" com letra maiúscula para padronização;</i></p> <p><i>Ajustar as letras maiúsculas em "Pedagógicas" e "Saúde";</i></p> <p><i>Padronizar o uso de ponto final e ponto e vírgula;</i></p> <p><i>Corrigir erros de acentuação;</i></p> <p><i>Verificar a pontuação e fluidez;</i></p> <p><i>Melhorar a coesão textual;</i></p> <p><i>Analisar a escrita quanto à concordância, pontuação e fluidez;</i></p> <p><i>Usar expressões que conectem as ideias e permitam uma linearidade nas discussões;</i></p> <p><i>Verificar a correção do termo "normativos";</i></p> <p><i>Evitar repetições de termos como "aspectos físicos, emocionais e sociais";</i></p>	<p>Todos os ajustes textuais sugeridos foram verificados, considerados e abarcados da melhor forma possível.</p>

<i>Trocar o termo "Enaltecimento" por "Valorização" e considerar substituir "utilização do movimento" por opções como "movimento corporal";</i>	
---	--

Fonte: elaboração própria, com base nos dados qualitativos da pesquisa (2025).

Desse modo, após validar o processo, umas pequenas mudanças foram feitas no PE, considerando os comentários dos juízes especialistas e professores, e com isso, foi concluída a versão final do PE (ver Apêndice C), com alguns ajustes e refinamentos, finalizando assim o processo de validação de conteúdo e aparência desse PE.

7. DISCUSSÃO

7.1 Discussão acerca do levantamento bibliográfico

Por meio do processo de levantamento bibliográfico do presente estudo, pôde-se notar que a literatura abrangente compõe diversos estudos relacionados à inclusão, à Educação Física em uma perspectiva inclusiva, além de princípios e diretrizes relacionadas a Educação Inclusiva, que por sua vez serviram de base para a produção da pesquisa e do Produto Educacional.

Por esse viés, é oportuno lembrarmos que a inclusão como um todo é um fenômeno social através do qual a sociedade deve tornar acessível e adequado todos os sistemas sociais comuns para todos, sem distinção ou seleção (Sasaki, 2009). Esse conhecimento é ideal para a conscientização das pessoas da necessidade de reparação histórica em decorrência da exclusão e segregação presentes por tanto tempo na sociedade, por meio de ações como a criação de diretrizes e documentos legais, movimentos sociais, acessibilidade, tecnologias educacionais diversas, entre outros. E como o mesmo autor aponta, o planejamento e adequação dessas ações devem ser feitas com a participação de diferentes pessoas, considerando toda a diversidade.

Nesse sentido, é preciso deixar claro que o contexto da inclusão deve estar presente em cada segmento da sociedade: na família, na escola, no trabalho, em ambientes sociais diversos, etc. E como diversas diretrizes e normativos legais mencionam, seja direta ou indiretamente, (Constituição Federal, LDBEN, ECA, etc.), é dever nosso enquanto sociedade garantir que o fenômeno da inclusão alcance a todos.

Desse modo, sobre o fenômeno da inclusão na Educação Física no contexto escolar, enfatiza-se que o acesso às práticas pedagógicas e conteúdos de aprendizagem nesse componente curricular deve estar acessível a todos os estudantes (Alves e Fiorini, 2018). A partir desse conhecimento, a EFE deve ser pensada de forma a amenizar barreiras e dificuldades que podem/virão surgir no processo de ensino e aprendizagem.

É por meio desse pensamento que a EF deve ser planejada e estruturada, considerando que esse componente curricular possui um potencial transformador na formação e desenvolvimento dos estudantes (Garozzi e Chicon, 2021). Entretanto, é necessário abordarmos que, com base em estudos como o de Rodrigues (2022), a falta de

uma formação mais específica em EI pelos professores de EF parece ser um dos principais problemas relacionados à inclusão.

Tanto estudos mais atuais como outros mais antigos como o de Gorgatti e Rose Junior (2009), revelam em seus dados que os professores de EF relatam dificuldade no processo de inclusão nas aulas, e ainda, um dos principais fatores está relacionado a despreparação docente para lidar com a diversidade presente na escola, o que sugere a necessidade de formação continuada na perspectiva da inclusão. Nessa perspectiva, Freitas e Araújo (2014) mencionam que a ausência de discussão e práticas pedagógicas relacionadas a inclusão tanto na formação inicial quanto na formação continuada restringe o trabalho docente, limitando-se ao conservadorismo.

Esse é um grande problema, afinal, a falta de formação específica em EI pode levar o professor ao comodismo, levando-o à criação e adoção de currículos e metodologias restritivas e inflexíveis, sem levar em consideração as diferentes particularidades presentes no contexto escolar. Martins (2014) fortalece o pensamento de que os professores devem buscar conhecimentos e atualizações constantes, para além da formação inicial, e com isso, o fortalecimento de saberes e práticas pedagógicas.

Por meio dessa compreensão, apesar da ciência de que o problema da não-inclusão engloba todos e não apenas a figura do professor, Alves, *et al.* (2017), Jung, *et al.* (2013), Freitas e Araújo (2014), entre outros estudos, mencionam que é preciso que ocorra uma ampliação em ofertas de formação permanente para professores na perspectiva da inclusão. A formação continuada nessa perspectiva é imprescindível para que haja uma sensibilização docente no sentido de se sentirem corresponsáveis nesse processo.

Entretanto, é preciso ressaltar que as dificuldades relacionadas à inclusão na EF estão relacionadas também a outros fatores, como a falta de estrutura, espaços e materiais didáticos específicos, além disso, é preciso lembrarmos e enaltecermos que o problema da não-inclusão envolve não apenas a figura do professor, mas toda a equipe escolar, a comunidade, o contexto local e o governo, um processo pelo qual todos devem se responsabilizar, buscando mudanças e melhorias, não deixando o docente de forma isolada à mercê dessa grande problemática.

Nesse paradigma, todos os agentes educadores, gestão e família precisam ser conscientizados da importância do processo da inclusão, e com isso, a adoção de ações e estratégias que levem à mudança nas ações à nível estrutural, atitudinal e procedimental.

A Educação Física em uma perspectiva inclusiva deve englobar em sua prática pedagógica, além do ensino do conteúdo em si, interações sociais positivas, como a afetividade, o acolhimento, o diálogo, etc. Segundo os PCNs (1997), os aspectos afetivos e sociais, assim como os cognitivos, também são importantes, principalmente para alguns grupos específicos, como os estudantes com dificuldades procedimentais e cognitivas, estudantes em situações de vulnerabilidade social, entre outros, que muitas das vezes necessitam de um olhar mais acolhedor:

o pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção. Nesta esfera, estaria a razão última do pensamento e, assim, uma compreensão completa do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitiva. Assim sendo, a afetividade é extremamente importante para a inclusão escolar (Mattos, 2008, p. 52).

Embora não seja necessariamente papel do professor, às vezes é necessário que tenhamos uma atenção diferente para com os nossos estudantes: uma escuta, uma conversa, algo além da aula padrão, entendemos que o docente pode sim ter esse olhar mais humano e social. Para que o processo de inclusão seja mais efetivo, é preciso que haja ações voltadas à uma melhor estrutura de formação educativa e na perspectiva humana (SÁ e Chicon, 2021).

Reforçamos esse pensamento ao lembrarmos do estudo de Martins, Cordeiro e Santos (2024), quando os autores mencionam o problema do “embrutecimento docente”, causado por alguns fatores transversais à prática pedagógica docente (desvalorização do professor, precariedade física e material de recursos, ausência de apoio, etc.), e isso implica na carência de uma educação moldada por valores mais humanos e sociais: respeito, cuidado, acolhimento, afetividade, amorosidade, o diálogo, entre tantos outros.

Não é que esses fatores justificam totalmente a redução e ausência desses aspectos mais humanos, mas há uma forte influência, e quando se fala em inclusão, é estritamente necessário a adoção de atitudes acolhedores e do bem-viver. No entanto, é preciso tomarmos ciência de que a figura do professor necessita de apoio, é presumível dizer que ele por si só terá dificuldade em conseguir alcançar o fenômeno da inclusão considerando os fatores problemáticos supramencionados, pelo menos de uma forma plena, por isso a necessidade de estarmos todos envolvidos nesse processo (docente, gestão, escola, comunidade e sociedade), além da busca por formação permanente/continuada.

Dessa forma, sobre os pontos centrais acerca da inclusão na Educação Física nos principais achados, destacamos que: a inclusão diz respeito a todos, sem restrições; os responsáveis por esse fenômeno não são apenas os docentes, mas todos os agentes envolvidos no processo educativo; é importante um olhar mais atento à sensibilidade humana nas ações pedagógicas da EFE; por fim, a formação continuada, embora não seja a única ação a ser feita para o alcance de uma EI, ela é muito necessária, portanto, a oferta e disseminação de cursos e capacitação são excelentes estratégias de intervenção para a formação permanente em EFI.

7.2 Discussão acerca da construção do PE

Considerando os pontos centrais discutidos anteriormente acerca dos principais achados a respeito da EFI, optou-se pela construção de um PE que buscasse atender um pouco a essas demandas. Desse modo, o PE desse estudo, que foi o núcleo de toda a pesquisa e dissertação, tratou-se de um conteúdo de um curso, baseado em aspectos de uma EFI e experiências práticas reais de docentes.

Segundo Batalha (2019), o desenvolvimento de um PE se trata de uma produção técnica que deve ser feita entre orientador e orientando, vinculado à dissertação do mestrado, devendo ser aplicável em situações didáticas de ensino. Nesse sentido, para a construção do PE desse estudo, considerou-se alguns estudos e diretrizes que serviram como instrumento norteador, tanto para o desenvolvimento quanto para sua posterior validação de conteúdo e aparência.

A autora supramencionada também aponta que o Mestrado Profissional na área de educação e ensino, além da construção da dissertação, também exige o desenvolvimento de um Produto Educacional, devendo possuir aplicabilidade no contexto de ensino e aprendizagem, objetivando otimizar a prática pedagógica docente.

O PE deve ser uma ferramenta educativa adequada tanto à área quanto às finalidades do programa do curso, podendo ser utilizada em espaços variados, sejam eles formais ou não formais (Brasil, 2016). Sua construção pode ser feita de diversas formas: desenvolvimento de mídias digitais, *softwares*, manuais-guia, instrumentos tecnológicos, conteúdo de curso, aplicativos, cartilha, entre diversos outros. A figura 3 abaixo ilustra brevemente alguns exemplos desses tipos de PEs:

Figura 3 – Exemplos de tipos de PEs



Fonte: elaboração própria (2025), com base em Batalha (2019).

Nesse sentido, seguindo a mesma referência, Produtos Educacionais devem ser avaliados levando em consideração sua conformidade com os seguintes parâmetros exigidos pela CAPES:

- Deve ser obrigatoriamente validado, podendo ser mediante banca avaliadora, órgão ou comitê;
- Deve ser registrado: em algum sistema de informações e comunicação;
- Deve ser utilizável no sistema ao qual foi registrado: podendo ser em saúde, educação ou outros, isso determina sua aplicabilidade;
- Deve ser de livre acesso: para toda a comunidade acadêmica, local e federal.

Por sua vez, o PE desse estudo procurou atender a todas as exigências e requisitos necessários, tanto em seu planejamento, quanto no desenvolvimento e validação.

Além disso, na produção desse PE, levou-se em consideração todo o processo, tanto o “o que será feito”, como também o “como fazer” e o “para quê”, levando em conta sua relevância ao propósito da ideia do estudo. Hentges, *et al.* (2017) sugere que é preciso que, na construção do Produto Educacional, o autor envolva a reflexão acerca de alguma problemática vivenciado pelo docente no contexto escolar. Por essa perspectiva, a construção desse PE considerou, além dos aspectos técnicos exigidos, algumas sugestões encontradas na literatura pertinente.

Vale lembrarmos que esse PE se configura como uma Tecnologia Educacional: um conjunto de ferramentas de mediação para um processo educativo (Teixeira, 2020). Mais especificamente, a produção de parte do conteúdo de uma unidade didática de um

curso de formação à distância sobre saúde na escola, e esse referido conteúdo envolveu a Educação Física em uma perspectiva inclusiva. Ainda, em sua produção, baseado nos princípios do *design* instrucional de Filatro (2023), utilizamos a ferramenta online de *design* gráfico: o *canva*, além de recursos auxiliares.

A produção de PEs relacionados à Tecnologias Educacionais relacionadas à formação de professores é especialmente importante para o professor que busca se atualizar e otimizar seu trabalho docente. Ainda, diretrizes como a LDBEN (1996) enfatizam a necessidade de formação permanente dos educadores, considerando uma ferramenta necessária para o processo de ensino e aprendizagem na educação.

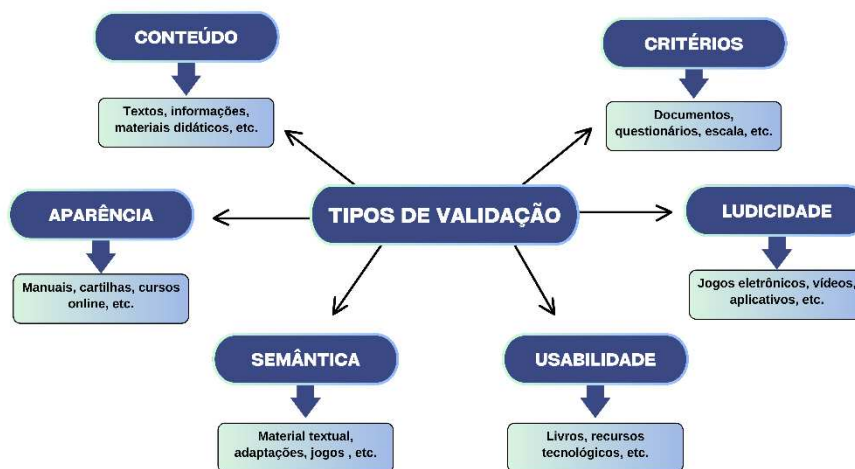
Portanto, para o planejamento e construção desse PE, considerou-se os seguintes fatores: cumprimento dos aspectos técnicos exigidos; adequação à área específica de Educação Física, ao programa do curso – PROEF, aos parâmetros da CAPES, aos princípios do *design* instrucional de Filatro; e por fim, reflexão baseada em uma problemática vivenciada pelo pesquisador, que transpassa pela sua trajetória de vida pessoal e profissional, tanto enquanto discente quanto como docente do componente curricular de EF.

7.3 Discussão acerca do processo de validação de conteúdo e aparência do PE

Após finalizada a etapa anterior de construção do PE, criou-se a versão preliminar desse produto para sua validação. Esse processo envolveu toda a coleta de dados e evidências por juízes avaliadores. Dessa forma, como já mencionado, utilizamos dois instrumentos: o IVCES, o qual busca avaliar o conteúdo, e o IVADES, que avalia a aparência do produto. Esses tipos de instrumentos (conteúdo e aparência), segundo (Souza, Moreira e Borges, 2020), são os mais comumente utilizados para validação de Tecnologias Educacionais.

A figura 4 abaixo ilustra os tipos de validação:

Figura 4 – Tipos de validação de PE



Fonte: elaboração própria (2025), com base em Rocha et al (2023).

Na validação de conteúdo desse PE, os resultados obtidos por meio do cálculo do IVC para o IVCES, levando em conta o padrão considerado por Polit e Beck (2018), mostraram um nível de concordância elevado entre os juízes, pois todos os 18(100%) itens foram superiores ao mínimo exigido para se considerar excelente: $IVC \geq 0,78 = \text{excelente}$ (conforme apontam os dados da tabela 2, anteriormente demonstrada), validando assim o conteúdo do PE.

No entanto, embora na validação do conteúdo tenha havido um nível de concordância alta, os dados qualitativos dos juízes propuseram algumas sugestões, como por exemplo: explicitar e melhorar conceitos, aprofundar termos, ampliar definições, entre outros, sendo todos avaliadas, alguns acatadas e outros justificados, conforme apontado no quadro 5 anteriormente apresentado.

A validação de conteúdo de TEs é um processo essencial, afinal, é por meio disso que podemos atribuir um nível de confiabilidade ao material educativo, baseando-se nos parâmetros esperados, planejados e exigidos, enriquecendo o grau de coerência do produto à luz dos objetivos traçados (Rocha et al, 2023).

Os mesmos autores apontam que alguns estudos sugerem que a validação de conteúdo pode ser feita apenas mediante comitê de juízes especialistas, ao passo que em outros esse processo envolve duas etapas: a construção do instrumento e a posterior análise pelos juízes. Além disso, Alexandre e Coluci (2011) destacam a necessidade de

coleta de dados qualitativos e quantitativos no processo de validação, para maior confiabilidade do produto.

Já na validação de aparência do PE desse estudo, fez-se o cálculo do IVA para o instrumento IVADES, logo, percebeu-se que o grau de concordância entre os juízes também foi alto, validando também a aparência do PE, no entanto, com uma pequena margem de diferença em relação ao IVC: entre os 12 itens, 10(83,33%) deles foram $\geq 0,78$, considerado excelente, e 2(16,66%) obtiveram o valor entre 0,60 e 0,77, considerado bom (de acordo com os dados da pesquisa, apresentados na tabela 3). Os itens em questão foram: 6. As ilustrações retratam o cotidiano do público-alvo da intervenção (IVA=0,76); 7. A disposição das figuras está em harmonia com o texto (IVA=0,71).

Essa pequena discrepância nos itens justifica algumas sugestões feitas pelos juízes relacionadas à aparência do produto, tais como: tamanho de imagens, padronização de links, formato de visualizações, ajustes ortográficos e textuais. Logo, todos esses comentários foram conferidos, analisados e considerados da melhor forma possível pelo pesquisador, conforme apresentado no quadro 5 anteriormente.

A validação de aparência de um produto envolve uma representação visual que engloba imagens, linhas, formas, cores, formato de texto, etc. Essas características devem estar em harmonia com o conteúdo do PE (Rocha et al, 2023). É essencial se preocupar com a aparência do produto, visto que uma boa ilustração pode persuadir os leitores a lerem, estimulando sua atenção na permanência com o material educativo (Souza, Moreira e Borges, 2020).

Por meio do processo de validação desse produto, evidencia-se que tanto o conteúdo quanto sua aparência foram bem avaliados, com algumas breves sugestões de mudança, as quais grande parte foram atendidas. Além disso, considerando a diversidade presente entre os juízes especialistas e professores (conforme apontam os dados na tabela 1), destaca-se a importância da inclusão de juízes com diferentes características e saberes, pois segundo Borges et al (2023), essa diversificação acentua o nível de concordância elevado do produto validado, considerando que houve a contribuição de profissionais com diferentes experiências e conhecimentos teórico-práticos.

7.4 Discussão acerca de implicações e recomendações do PE para a EFE

Professores de Educação Física devem possuir determinadas competências, habilidades e atitudes para lidar com o contexto da sala de aula (Brasil, 2017). Essas características envolvem o planejamento de aula, utilização de métodos pedagógicos de ensino eficientes e eficazes, avaliação adequada ao público, entre outras. E quando se fala em EFI, essas competências, habilidades e atitudes docentes se tornam ainda mais específicas, e conseqüentemente, há o aumento da responsabilidade docente, embora esse agente não seja o único responsável por esse fenômeno (inclusão).

Nessa perspectiva, o PE desse estudo objetiva contribuir nesse processo. Afinal, a criação de Produtos Educacionais visa, entre outras questões, contribuir na melhoria da prática docente, articulando conhecimentos acadêmicos para o contexto escolar, além de outros setores da sociedade (Batalha, 2019). Esse PE, por meio de algumas experiências exitosas reais, propõe algumas sugestões de exemplos de flexibilização e adaptação de algumas práticas pedagógicas de ensino na EF, objetivando a inclusão de toda a diversidade, como implicações e recomendações para professores de EF.

Desse modo, a flexibilização para adaptação é um ponto muito importante a se destacar, considerando que esse PE é parte de uma unidade didática de um curso de formação de professores, o qual visa fomentar conhecimentos e habilidades, e especificamente esse produto, relacionado à EFI, objetiva fornecer saberes e estratégias didáticas de ensino para flexibilização do currículo para adaptação das aulas com vista a incluir todos os estudantes.

Segundo Rodrigues (2006), a adaptação pode ser compreendida como a adequação da prática às possibilidades do estudante. Algo que, muitas das vezes, é essencial na Educação Física, considerando que algumas práticas só serão acessíveis a alguns discentes se forem modificadas.

Munster (2013) menciona que adaptações nas aulas de EF devem ser feitas sempre que necessário, no entanto, o principal objetivo dessa estratégia didática de ensino não deve ser “facilitar” a tarefa no intuito de reduzir a qualidade pedagógica, mas sim torná-la acessível aos estudantes para que eles possam participar ativamente, sendo incluídos de fato. Alves e Fiorini (2018) destacam alguns dos principais tipos de adaptações para inclusão encontrados na literatura: adaptação da tarefa, currículo, estratégias pedagógicas, recursos materiais, comunicação, avaliação e no meio.

Exemplificando, com base nos autores, sobre adaptação da tarefa: adequação das regras da atividade, seja um jogo, esporte, brincadeira, ou outros, modificando a dinâmica da prática para que todos possam participar; adaptação das estratégias, consiste na mudança da forma de ensinar do docente, explicar de uma forma clara para a turma, demonstração prática, fazer uso de *feedbacks*, etc. Essas e outras formas de adaptação para as aulas de EF devem ser pensadas levando em consideração as possibilidades e necessidades dos estudantes.

É importante mencionar também a necessidade de haver inclusão de toda a diversidade presente no contexto escolar, afinal, não se pode falar de inclusão sem falar de diversidade, o grande desafio para muitos professores de EF é formular propostas e estratégias que consigam abraçar toda a diversidade presente em sua aula. Goellner (2009), considerando essa necessidade, propõe atividades que articulem com dois eixos norteadores: sensibilização e vivências inclusivas.

Exemplificando formas de propor atividades de sensibilização: trabalhar com jogos, dinâmicas e/ou narrativas a partir das quais se possa discutir sobre questões de gênero, sexualidade, deficiência, classe social, raça e etnia, etc. E por meio dessas práticas, problematizar situações de preconceito, discriminação, racismo e exclusão.

Pode-se aproveitar essas mesmas situações didáticas para inserir as vivências inclusivas, ou propor outras. Exemplificando, com base na autora supramencionada, após sensibilização, modificação das regras das práticas pelos próprios estudantes, objetivando combater a exclusão, isso contribui também, entre outras questões, na formação política dos sujeitos. Seguindo essas recomendações, o PE propõe situações de sensibilização e inclusão baseadas nas experiências reais apresentadas, com vista a abarcar a diversidade, considerando estudantes com deficiência, questões de gênero, combate ao racismo, etc.

Vale mencionar que, por mais que o produto não abarque todos os tipos de conteúdo de ensino possíveis desse componente curricular, ou todas as possíveis diferenças presentes no contexto escolar, essas adaptações podem ser transferidas para outros conteúdos e outras realidades, para isso, deve-se considerar a realidade local do docente, as características e possibilidades de seu público alvo e as possíveis limitações, algo a ser identificado e considerado pelo docente.

Logo, o intuito desse PE é fomentar alguns saberes e práticas pedagógicas em EFI, mas reconhecendo a impossibilidade de mudar todo o contexto e abarcar todos os tipos de cenários e práticas de ensino possíveis, cabendo a cada um de nós enquanto agentes

educadores buscar meios para contribuir no processo de inclusão dos nossos estudantes: mediante a formação continuada/permanente, conscientização de outros agentes envolvidos (gestão, comunidade, etc.), consideração de valores e atitudes mais humanos e sociais, construção de habilidades de colaboração, etc.

Por fim, considerando possíveis limitações, como recomendações para professores pesquisadores, esse PE poderá ser avaliado por meio da implementação e distribuição do curso maior, e com isso, verificar sua eficiência e eficácia na prática, investigando seu impacto na prática pedagógica docente, e com isso, identificar barreiras e soluções possíveis, para que posteriormente sejam construídas novas tecnologias e produtos cada vez mais aprofundados no conhecimento teórico e prático baseado na realidade do professor.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando contribuir na atenuação de barreiras relacionadas à inclusão na Educação Física no contexto escola, esse trabalho final de dissertação de mestrado teve como objetivo principal a construção e validação de um conteúdo referente à EFI, como parte de uma unidade didática de um curso de formação para professores, o qual representou o Produto Educacional desse estudo.

Com esse propósito, no decorrer do estudo, as etapas da pesquisa foram sendo maturadas com foco no PE, que representou o núcleo e objetivo principal do trabalho. Dessa forma, com as etapas especificadas, seguiu-se cada uma delas, apoiando-se no referencial teórico principal do trabalho, o qual envolveu obras, publicações e documentos referentes à EFI, Tecnologias e Produtos Educacionais.

Os objetivos específicos do estudo abrangeram a análise, produção e validação de conteúdo e aparência do PE, sendo todos devidamente cumpridos. A análise envolveu toda a parte de levantamento bibliográfico, a produção foi o desenvolvimento do conteúdo e aparência do PE, e por fim, sua validação ocorreu por meio de avaliação de juízes especialistas e professores.

Na validação do produto, evidenciou-se que o PE apresenta conteúdo e aparência pertinentes à luz de sua proposta, atingindo Índice de Validade de Conteúdo e de Aparência excelentes, fazendo com que esse PE seja válido para professores de EF, para uso e contribuição na formação continuada desses profissionais. Além disso, algumas sugestões e comentários foram feitos pelos juízes no processo de validação, os quais foram verificados, analisados e acatados na medida do possível, considerando a natureza das sugestões no que tange a proposta do PE e do curso maior.

Espera-se que, por meio desse estudo e do PE, os professores de EF consigam se sentir mais aptos a lidar com o fenômeno da inclusão nesse componente curricular, que possam estar sempre em busca de inovação em sua prática pedagógica de ensino, buscando abarcar toda a diversidade presente em suas aulas. Afinal, esse trabalho foi feito com o intuito de contribuir na promoção da inclusão, através da construção de uma TE baseada em princípios, diretrizes e experiências em EFI.

Ainda, pensando na continuidade de projetos e trabalhos relacionados a inclusão, é preciso a conscientização de que esse processo é crucial para a EF, para a escola e para a sociedade como um todo. A evolução do fenômeno da inclusão durante muitos anos se

dá em decorrência justamente do esforço colaborativo de pesquisadores, professores, familiares e a comunidade. É um desafio constante, mas é essencial para que nossos estudantes possam ter acesso e participação nas aprendizagens escolares, com igualdade, equidade, respeito e dignidade.

Por fim, que outros trabalhos e produtos com essa temática sejam feitos constantemente; que o nosso PROEF continue fazendo o magnífico trabalho de qualificar professores de EF da escola; que a equipe de docentes e pesquisadores formadores desse programa consiga prosseguir em sua incrível missão de orientar nossos colegas educadores; e que cada vez mais possamos construir uma Educação Física plena, inclusiva, justa e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z.O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciênc. saúde col.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000800006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 mar. 2017.
- ALVES, M. L. T.; FIORINI, M. L. S. Como promover a inclusão nas aulas de educação física? A adaptação como caminho. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3–16, 2018. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/7523>>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- ALVES, M. L. T. *et al.* *Physical Education classes and inclusion of children with disability: brazilian teachers' perspectives.* **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 4, p. 1229-1244, out./dez. 2017.
- BARCELOS, M. *et al.* A inclusão na Educação Física escolar: um estudo narrativo com professores de Miracema do Tocantins/TO. **Motrivivência**, vol. 32, no. 63, p. 01–18, 25 Aug. 2020. DOI 10.5007/2175-8042.2020E72134. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e72134>>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATALHA, E. R. C. **Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais**. Dissertação. Guia (Produto Educacional de Mestrado), Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas Visconde da Graça, Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias da Educação. 2019. 44 f. Disponível em: <<https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1644/PRODUTO%20%20EDUCACIONAL%20Eliana%20Batalha.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- BORGES, A. V. S. S, et al. J. *Construction and validation of educational technology for HIV/AIDS prevention in women deprived of freedom.* **Cogitare Enfermagem**, vol. 28 :e84636. 2023. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/ce.v28i0.89509>>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932**. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21241.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. CAPES. Documento da Área de Ensino, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, C. L.; ARAÚJO, F. Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física. *Revista Educación Física y Ciencia, La Plata*, v. 20, n. 1, e. 041, p.1-15, 2018. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/ec11/197445ea249d09836ed004df7c289e4bc012.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. 18. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Educação. **Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Versão Lançamento Virtual (Provisória). Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DARIDO, S. C. **Diferentes concepções sobre o papel da Educação Física na Escola**. 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41548/1/01d19t02.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan S.A., 2003.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: realidade, aspectos legais e possibilidades**. In: DARIDO, S. C. Caderno de formação: formação de professores didática dos conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DARIDO, S. C.; SOUZA JR., O. M. **Para ensinar educação física: Possibilidades de intervenção na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2015.

DIVERSA (Organização). **Educação Inclusiva**. 2024. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FILATRO A. **Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia**. 3ª ed. São Paulo: Senac; 2011.

FILATRO, A. **Design instrucional para professores**. Editora Senac São Paulo – São Paulo – 2023.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/114307/S1413-65382014000300006.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, J. F.; ARAÚJO, P. F. Inclusão escolar e educação física: a participação dos professores de Hortolândia – SP. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 228-241, jan./mar. 2014.

GAROZZI, G. V.; CHICON, J. F. **Educação Física escolar: inclusão da criança com autismo na aula**. Encontrografia Editora., 2021. 168 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2008.

- GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: educando para a diversidade. *In*: OLIVEIRA, A. B.; PERIN, G. L. (org.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**. Maringá: Eduem, 2009.
- GORGATTI, M. G.; ROSE JÚNIOR, D. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v.15, n. 2, p. 119-140, abr./jun. 2009.
- HENTGES, A.; MORAES, M. L. B.; MOREIRA, M. I. G. Protótipo para avaliação da pertinência dos produtos educacionais desenvolvidos nos mestrados profissionais. **Revista Thema**, V.14: n.4, Pág 3 a 6. Pelotas, 2017.
- JUNG, L. G. et al. Cotidiano da prática de atividade física de crianças e jovens com deficiências da Rede Municipal de Pelotas-RS. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 207-226, abr./jun. 2013.
- LEITE, S. DE S. *et al.* Construção e validação de um Instrumento de Validação de Conteúdo Educacional em Saúde. **Revista Brasileira de enfermagem**, v. 71, n. suppl 4, p. 1635–1641, 2018.
- LOPES, A. D. **A interação entre alunos com e sem deficiência na educação infantil na perspectiva do professor de educação física: um modelo de intervenção na formação continuada**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – PROEF) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – SP, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/194323>>. Acesso em: 2 set. 2023.
- MARTINS, C. L. R. Educação física inclusiva: atitude dos docentes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 637-657, abr./jun. 2014.
- MARTINS, R. M.; CORDEIRO, L. L. de B.; SANTOS, R. do V. Por uma educação física escolar crítica comprometida com a sensibilidade humana. **Revista Momento – diálogos em educação**, v. 33, n. 3, p. 139-162, set./dez., 2024. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/16992/11423>>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- MARTINS, R. M.; SANTOS, M. R. de C. Formando permanentemente corpos conscientes críticos no ensino médio integrado: a tessitura experiencial de uma estudante nas aulas de Educação Física. *In*: Daniel Teixeira Maldonado. (Org.). **A VIDA NAS ESCOLAS: por uma prática político-pedagógica crítica na educação física escolar**. Curitiba: CRV, 2023, v. 1, p. 141-160.
- MATTOS, S. M. N. A Afetividade como fator de Inclusão Escolar. **Revista Teias: Rio de Janeiro**, ano 9, n ° 18, p. 50-59. jul./dez. 2008.
- MENDES, R. H. **Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um**. Organização Rodrigo Hübner Mendes — São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

MUNSTER, M.A. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação física: adaptações curriculares e metodológicas. **Revista da Sobama**, Marília, v.14, n.2, p.27-34, 2013.

ODARICH, I. N.; SOFRONOV, R. P.; SHICHIYAKH, R. A. Princípios da educação inclusiva e sua importância na sociedade moderna. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 25, n. esp. 2, p. 856-866, maio, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PASQUALI, L. Psychometrics. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 2009; 43: 992-999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000500002>>. Acesso em: 10 mar. 2024

PESSOA, F.F.T. **Formação de professores nas perspectivas das neurociências e da educação inclusiva**. 2019. 105f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em: <[DISSERTAÇÃO_FormaçãoContinuadaProfessores.pdf \(ufop.br\)](#)>. Acesso em: 20 mar. 2024

POLIT, D. F.; BECK, C. T. Prática de enfermagem baseada em evidências: fundamentos. Polit D.F., Beck C.T., organizadores. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**, v. 9, p. 53-82, 2018.

ROCHA, S. L. et al. **Validação de produtos educacionais em ensino em saúde**. Tese. Manual (Produto Educacional de Doutorado), Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde na Amazônia da Universidade do Estado do Pará, 2023. Disponível em: <<https://portaldaposgraduacao.uepa.br/items/5fb378f1-cd36-4a2e-9855-3e4c42f98639>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

RODRIGUES, D. As dimensões de adaptação de atividades motoras. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Atividade motora adaptada: alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

RODRIGUES, D. A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v.14, n.1, p.67-73, 2003. Disponível em: <<https://boletim.spef.pt/index.php/spef/article/viewFile/111/98>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

RODRIGUES, R. R. **Formação Continuada de Professores de Educação Física na Perspectiva Freiriana: diálogos necessários para a inclusão de alunos com deficiência**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – Profei), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/238200>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SÁ, M. G. C. S.; CHICON, J. F. (Org.). **Experiências Inclusivas em Educação Física: contextos escolares e não escolares**. 1ª ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia 152 Editora, 2021.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, M. E. H. D.; MARTINS, R. M. A formação permanente relacional e seus desdobramentos para a prática pedagógica da educação FÍSICA ESCOLAR. **Fiep Bulletin - online**, [S. l.], v. 84, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.fiepbulletin.net/fiepbulletin/article/view/4628>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, H. M. *et al.* Educação física inclusiva no olhar da complexidade: um estudo de revisão narrativa. **Macabéa – Revista eletrônica do Netlli**. v. 12, n. 2, 2023. Disponível em: <<http://revistas.urca.br/index.php/MacREN/article/view/840/407>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, A. S. R. *et al.* Validação de conteúdo e aparência de um curso online para a vigilância sanitária da influenza. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v.2, n. esp. 2, p. 1408-1420, ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10065/6692>>. Acesso em: 06 de mar. de 2024.

SOUZA, A. C. C., MOREIRA, T. M. M., BORGES, J. W. P. Desenvolvimento de instrumento para validar aparência de tecnologia educacional em saúde. **Revista Brasileira de enfermagem**, v. 73, n. suppl 6, 2020.

SOUZA, A. S., OLIVEIRA, G. S., ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

TEIXEIRA, E. **Tecnologias Educacionais em foco**. 2020. Disponível em: <<https://www.retebrasil.com.br>>. Acesso em: 06 mar. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

UNESCO. **Defendendo o desenvolvimento de políticas inclusivas de Educação Física de Qualidade: um resumo da política**. Paris – França. 2015.

UNESCO. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Dakar – Senegal, 2000.

UNESCO. **Marco da educação 2030: Declaração de Incheon**. Incheon – Coreia do Sul 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE CONVITE PARA VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado (a) Professor (a), _____

É com grande satisfação que o convidamos a participar da avaliação de uma inovadora tecnologia educacional voltada para a promoção da saúde na escola através da Educação Física. Reconhecemos sua vasta experiência profissional e acadêmica como Profissional de Educação Física e acreditamos que sua contribuição será valiosa para o aprimoramento dessa iniciativa.

Esta tecnologia educacional, desenvolvida por pesquisadores da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e instituições parceiras das áreas de Educação e Saúde Coletiva, tem como objetivo capacitar professores para a implementação de ações de saúde no ambiente escolar. O estudo de avaliação consiste na análise do conteúdo e da aparência dessa unidade do E-book: **Educação Física Inclusiva**

Sua participação nos auxiliará a garantir a qualidade e a efetividade do curso autoinstrucional, que visa desenvolver conhecimentos e competências sobre a integração de ações de saúde ao trabalho docente.

Acreditamos que sua expertise contribua significativamente para a saúde e o bem-estar da comunidade escolar. Após a validação, esta tecnologia educacional será implementada em um programa intitulado “ProMOVE Escolas+Saudáveis”. Todo o estudo, incluindo esta etapa de avaliação das tecnologias, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UECE (**parecer nº6.844.517**). No link, você acessará o termo de consentimento livre e esclarecido e o documento completo com os instrumentos de avaliação: **https://pt.surveymonkey.com/r/Curso_Saude_na_Escola_Educacao_Fisica**

Agradecemos desde já sua participação! **Em caso de dúvidas, entre em contato:** grafes.saudecoletiva@uece.br

Valter Cordeiro Barbosa Filho
Professor da Universidade Estadual do Ceará
Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Atividade Física, Saúde e Escola
(GRAFES/UECE/CNPq)
Coordenador do “ProMOVE Escolas+Saudáveis”.

Francisco Felipe Gomes Feitoza
Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFCE
Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Atividade Física, Saúde e Escola
(GRAFES/UECE/CNPq)
Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede
Nacional (PROEF) Campus IFCE-Caucaia

APÊNDICE B – VERSÃO PRELIMINAR DO PRODUTO EDUCACIONAL

Módulo 4: Experiências Pedagógicas de integração da Saúde no currículo escolar

1

Educação Física

A Educação Física, segundo Barbanti (1983), é uma prática pedagógica que utiliza do movimento corporal como meio para adquirir conhecimento e atitudes que contribuem para um bom desenvolvimento e bem-estar. A BNCC fornece um olhar específico para esse componente curricular, estabelecendo-a como uma disciplina essencial para a formação integral estudantil na Educação Básica (Brasil, 2017).



Com o desenvolvimento da ciência no campo da saúde, a Educação Física passou a ser considerada essencial tanto na promoção da saúde quanto na prevenção de doenças. Nesse sentido, profissionais e professores desse componente curricular foram reconhecidos oficialmente pelo Conselho Nacional de Saúde - resolução nº 218 de 6 de março de 1997, como Profissionais de Saúde (Brasil, 1997).

A Educação Física na BNCC trata de práticas corporais sistematizadas em unidades temáticas e objetos de conhecimento para o Ensino Fundamental, fornecendo experiências motoras diversas, sociais, humanas, éticas e estéticas, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades específicas, e por consequência, **benefícios gerais à promoção de saúde**, tais como:

- **Desenvolvimento de habilidades motoras e capacidades físicas:** práticas corporais fornecem benefícios físicos diversos, como a melhoria cardiovascular a um melhor desempenho na execução de tarefas.
- **Socialização:** atividades físicas em grupo propiciam a cooperatividade, interações sociais, comunicação, etc.
- **Bem-estar físico e mental:** a vivência em práticas corporais libera substâncias neurotransmissoras, como a endorfina, que causam sensação de alívio e bem-estar geral, amenizando o estresse.
- **Enaltecimento do cuidado de si e do próximo:** a Educação Física favorece a adoção de hábitos saudáveis e uma construção positiva da imagem corporal. Além disso, mediante as práticas corporais, otimiza a solidariedade e responsabilidade, contribuindo para a formação de pessoas cientes de linguagem corporal, solidariedade e autonomia.

Portanto, a disciplina de Educação Física possui um papel fundamental na promoção da saúde de estudantes, afinal, mediante a utilização do movimento, contribuimos imensamente no desenvolvimento das nossas crianças e jovens, conferindo mais qualidade de vida e bem-estar.

Vale lembrar que a disciplina de Educação Física não é a única responsável por promover uma escola ativa. De acordo com o Caderno de Desenvolvimento Humano sobre Escolas Ativas no Brasil, a promoção de atividades físicas deve ser integrada ao cotidiano escolar como um todo, abrangendo momentos antes, durante e após as aulas. Isso envolve ações que vão além das aulas de Educação Física, com a participação de toda a comunidade escolar, incluindo professores de outras disciplinas, gestores, familiares e o próprio corpo discente, para criar um ambiente que incentive práticas ativas e saudáveis (PNUD, 2016).



“As oportunidades para prática de atividade física são um direito essencial de toda criança e jovem, e sua provisão é responsabilidade dos pais, da comunidade local, do sistema educacional e da sociedade como um todo (PNUD, 2016).”

Um dos objetivos da Educação Física na escola deve ser a promoção da saúde e o bem-estar do público estudantil, afinal a prática regular de atividade física pode prevenir o desenvolvimento de problemas de saúde como obesidade, diabetes, hipertensão, depressão, entre muitos outros (Silva e Niquini, 2021). Além disso, a Educação Física contribui para a construção de uma vida equilibrada em seus aspectos físicos, emocionais e sociais ao desenvolver habilidades motoras essenciais para a prática de lazer e esporte, fortalecer a autoestima, incentivar a formação de vínculos sociais afetivos positivos que promovem a empatia, a cooperação e o senso de pertencimento (De Oliveira, 2024).

Vale destacar que é importante considerar a **ludicidade** como fundamental no processo de ensino da Educação Física com a temática de saúde na escola, sem tratar da aula como uma sessão de treinamento nas quais esse componente curricular também atua, exacerbando o aspecto técnico e competitivo.

Por fim, observamos que as práticas dessa disciplina visam e têm como concepção também aspectos relacionados ao desenvolvimento e manutenção de saúde, tanto física, quanto mental e social. Logo, é fato que exercício e atividade física geram benefícios à saúde, mas, em termos práticos, como implementar na escola de modo a atrair nosso grupo de estudantes, fazendo com que pratiquem, de forma lúdica, aprendam e usufruam dos benefícios relacionados à saúde como um todo?

Nesse sentido, serão apresentadas dois conceitos fundamentais que visam uma educação integral e que incorporam também objetivos relacionados à saúde: **Educação Física Inclusiva e Letramento Corporal.**



Educação Física Inclusiva

A esse ponto, pudemos entender brevemente a importância da Educação Física no processo de educação em saúde no ambiente escolar. Por meio de ações pedagógicas, como as experiências que serão apresentadas mais à frente, fortalecemos o bem-estar físico, mental e social dos nossos discentes, potencializando a conscientização a respeito da importância da manutenção de uma vida ativa e saudável. Nesse sentido, antes de avançarmos, é importante frisar que para que haja sucesso nesse sentido, é preciso considerar a **inclusão como o cerne de todo o processo**.



Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a **Educação Inclusiva** diz respeito ao direito de todas as crianças e jovens à educação de qualidade, independente de quaisquer diferenças. Um direito que, posteriormente, deu início a política de Educação para Todos - Declaração Mundial de Jomtien (Brasil, 1990), ganhando força com a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), entre outros marcos históricos que fortalecem essa tendência de Educação ancorada em uma perspectiva inclusiva.

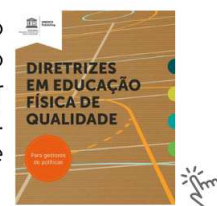
Com isso, percebemos que a Inclusão está presente em documentos importantes devido a demandas de movimentos históricos, e a comunidade escolar como um todo tem o dever de concretizá-lo na prática. As diretrizes e normativos legais, apresentados no Módulo 1, baseiam e fortalecem o processo de Educação Física Inclusiva na escola. Vejamos o que dizem alguns desses documentos em relação a essa visão educativa:

- **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, (Brasil, 1990)**, o qual estabelece que a Educação Física deve incluir todos os estudantes, independentemente de suas características, com equidade na participação e oportunidades.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, (Brasil, 1996)**, que determina que o acesso à educação deve ser garantido a todos, objetivando a cidadania, desenvolvimento e a preparação para o trabalho;
- **Base Nacional Comum Curricular – BNCC, (Brasil, 2017)**, que reconhece a importância das práticas corporais de movimento para o desenvolvimento integral estudantil, enfatizando a necessidade de valorizarmos a diversidade;
- **Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC, (Ceará, 2019)**, que também reconhece a importância da Educação Física para o desenvolvimento integral do público discente, destacando a necessidade de promover práticas corporais inclusivas, valorizando a diversidade;



- **Política Nacional de Educação Especial:** Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida – PNEE, (Brasil, 2020), o qual visa garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes em um sistema que seja inclusivo; entre diversos outros.
- **Diretrizes em Educação Física de Qualidade - EFQ** (UNESCO, 2015): No âmbito internacional, cabe lembrar as Diretrizes em EFQ que também enfatiza a perspectiva Inclusiva da Educação Física (clique no documento abaixo para saber mais).

A iniciativa do EFQ se deu, principalmente, em decorrência do grande aumento do sedentarismo por parte de jovens em todo o planeta, e esse aumento de inatividade física, além de gerar prejuízos físicos, também gera agravos na saúde mental e social. A política de EFQ fornece exemplos de possibilidades de ações e uma **matriz de políticas para desenvolver** a EFQ.



Outro bom exemplo de política exitosa referente a Educação Física Inclusiva é o projeto Portas Abertas para Inclusão, uma iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes em conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esse projeto contribui na realização de cursos de formação sobre Educação Física em uma perspectiva inclusiva, voltado tanto para docentes quanto para gestores e outros membros da comunidade escolar. Para saber mais, clique no ícone abaixo.

Portas abertas para a inclusão

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA



Desse modo, é importante conhecermos e considerarmos alguns dos princípios e diretrizes da Educação Inclusiva para nos ajudar a sistematizar ações pedagógicas na Educação Física Escolar, a esse respeito, sobre alguns dos principais princípios (Mendes, 2020), tem-se:

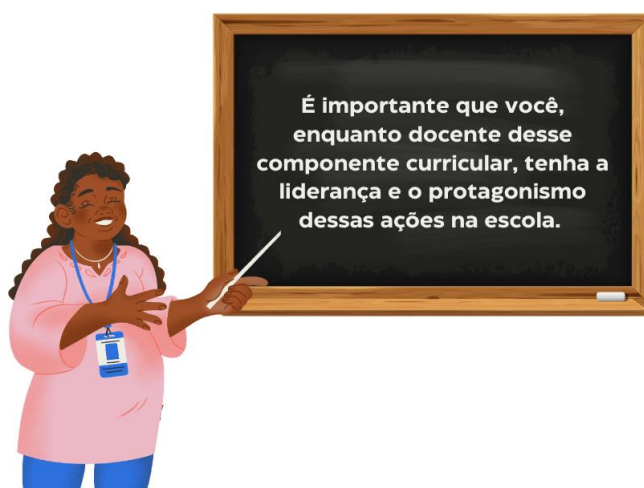
- **Toda pessoa tem o direito de acesso à educação:** todos tem o direito de aprender em ambiente escolar acolhedor, independentemente de suas características, habilidades ou necessidades;
- **Toda pessoa aprende:** cada estudante possui suas particularidades e merece a oportunidade de aprender de acordo com suas capacidades;
- **O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular:** deve-se valorizar e considerar as individualidades pedagógicas de cada estudante;
- **O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos:** a diversidade e características de cada estudante promove empatia, cooperação, respeito, etc.;



- **A educação inclusiva diz respeito a todos:** visa atender a todos, independentemente de quaisquer características, e não apenas aos estudantes com deficiência.

Os princípios supramencionados fortalecem a necessidade de reconhecermos a diversidade humana, acolhendo todas as diferenças na escola, atendendo as necessidades do público estudantil com respeito e equidade nas ações, contribuindo em seu desenvolvimento pleno (Brasil, 2001).

A Educação Física Inclusiva deve respeitar a diversidade cultural do movimento, possibilitando ao estudante expandir seu repertório de conhecimentos, habilidades e atitudes (Siqueira; Chicon, 2016). Refletir sobre a Educação Física Inclusiva promove o acesso, a participação e o aprendizado de cada pessoa, um processo no qual o corpo docente e a comunidade escolar devem se adaptar às demandas educacionais discentes (Alves e Fiorini, 2018).




Pois bem, vimos que a Educação Física Inclusiva tem um papel essencial na formação estudantil e promoção de saúde, garantindo a participação de todos. Agora, vamos ver as experiências reais exitosas na disciplina que focaram na Educação Física Inclusiva.

Experiência 1 - Circuito de práticas inclusivas entre escola e comunidade

Graças ao conhecimento adquirido no curso Portas Abertas para Inclusão, apresentado anteriormente, o projeto denominado “Abraçando o mundo”, foi realizado em uma instituição de ensino em Porto Alegre - RS, no ano de 2016. Esse projeto efetuou reuniões temáticas locais que culminaram em um evento de práticas de jogos inclusivos.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Desenvolver práticas colaborativas e inclusivas entre instituição de ensino e comunidade, otimizando conhecimento e sensibilização sobre a importância da inclusão.
Habilidades	EF35EF03 e EF35EF04: Essa experiência se alinha a essas habilidades da BNCC pois visa a descrição e vivência, por meio de múltiplos tipos de linguagem, brincadeiras e jogos diversos. Além de recriá-los e experimentar tanto na escola quanto fora dela, valorizando a cultura e toda a diversidade presente.
O que fizeram?	O projeto envolveu a realização de circuitos de jogos com grupos diversos da comunidade, com diferentes idades, com e sem deficiência, dentre outras características. As práticas envolveram a realização de brincadeiras de imitação, estátua, desenhos criativos com pincéis e tinta, práticas de canto, etc. Também houve um espaço e momento para esportes flexibilizados com adaptações, como o vôlei sentado, vôlei cego, futebol de mãos dadas, futebol vendado e basquete de joelhos. O encontro foi finalizado com o manuseio de um tecido grande, que representou, de forma metafórica, o planeta e a convivência com as diferenças.
Sugestões para adaptação	Outras atividades podem ser inseridas no circuito, como o bocha, futebol de 5, goalball, além de práticas de culturas diversas, como a indígena, africana, entre outras. Ao promover práticas corporais que considerem a diversidade, bem como as necessidades individuais de cada estudante, é possível alcançar benefícios significativos para a saúde física, mental e social de todos.

 Circuito de brincadeiras inclusivas une instituições e comunidade. DIVERSA, 2024. Disponível em: <<https://diversa.org.br/relatos-de-experiencias/projeto-inclusivo-ensina-jogos-e-programacao/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.



Práticas corporais inclusivas são ferramentas indispensáveis para promoção de saúde e bem-estar do público discente. Além disso, a criação de ambientes acolhedores e atividades adaptadas, garante mais oportunidades para que os nossos estudantes possam se movimentar mais.



Experiência 2 - Jogos escolares inclusivos

Essa experiência foi realizada por uma professora de Educação Física da escola CIEP 137 Cecília Meireles, Petrópolis - RJ, em 2019. A docente e um grupo de estudantes perceberam que a comunidade local era bem diversificada e juntos tiveram a ideia de proporcionar uma experiência de jogos escolares inclusiva, de forma a possibilitar a participação de cada estudante que possua alguma deficiência.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Proporcionar uma experiência de jogos escolares inclusiva, de forma a possibilitar a participação de estudantes com deficiência, sem exclusão.
Habilidades	EF67EF07: Essa experiência se alinha a essa habilidade específica da BNCC pois sugere a construção coletiva de normas que viabilizam a participação de todos nas práticas, além da promoção de saúde.
O que fizeram?	A professora orientou a turma da escola CIEP Cecília Meireles a irem às unidades escolares da cidade de Petrópolis (RJ), explicando o projeto e efetuando a inscrição de discentes com e sem deficiência. Então, com uso de um questionário estruturado simples, objetivando entender melhor sobre as especificidades de cada estudante, e com isso atenuar ou eliminar barreiras, foram feitas adaptações nas atividades, como por exemplo: nas provas de atletismo (arremesso de peso com o diâmetro da área maior, pesos reduzidos); outras práticas, como o bocha, esportes coletivos de equipes mistas com regras que incluem estudantes com deficiência nas jogadas etc.
Sugestões para adaptação	Mesclar equipes e propor adaptações nas regras, além de espaço físico e material, são uma ótima opção para promoção da inclusão nas aulas de Educação Física, como, por exemplo, a obrigatoriedade de haver a participação de cada discente nas jogadas, independente do gênero e se possui deficiência ou não.



Estudantes criam jogos esportivos inclusivos reunindo escolas do RJ. DIVERSA, 2024. Disponível em: <<https://diversa.org.br/relatos-de-experiencias/estudantes-criam-jogos-esportivos-inclusivos/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.



Fonte: Diversa (2024)

Criar estratégias pedagógicas para oportunizar a participação de cada estudante em práticas esportivas na escola é uma forma de valorizar a diversidade e incluir, fazendo com que todos possam usufruir dos benefícios relacionados a saúde e lazer, além de potencializar saberes.



Experiência 3 - Goalball, lançamento de dardo e vôlei sentado para inclusão de estudantes com deficiência

Essa experiência foi realizada por um professor de Educação Física de uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, objetivando incluir uma estudante com deficiência motora, adaptando para que os demais pudessem jogar sentados como a colega da turma.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Oportunizar a vivência em modalidades esportivas adaptadas para estudantes com deficiência, visando a inclusão.
Habilidades	EF35EF05 e EF67EF03 Essa experiência se alinha a essas habilidades da BNCC pois sugerem a experimentação e fruição de esportes diversos, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
O que fizeram?	<p>O professor decidiu usar três modalidades paralímpicas visando, principalmente, a inclusão de uma estudante com deficiência física:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vôlei sentado: similar ao vôlei tradicional, mas com uma regra principal - cada estudante deve estar sentado no chão para bater a bola. Fácil de utilizar, podendo ser praticado por todos. • Lançamento de dardo: uma das provas de atletismo na qual se deve arremessar um objeto pontiagudo o mais longe que puder. Na versão adaptada, cada estudante lançava um dardo feito de cabo de vassoura sentados em uma cadeira. • Goalball: uma modalidade criada para pessoas com deficiência visual, onde o objetivo principal é acertar e balançar mais vezes a rede adversária com uma bola com guizo. Nessa versão, estudantes jogaram vendados e cobriram uma bola de basquete com plástico para simular o barulho dos guizos.
Sugestões para adaptação	Circuitos inclusivos também são uma excelente estratégia para promover a participação de toda a turma, independentemente de suas habilidades ou limitações. Como exemplo prático, atividades com estações, onde cada estação deve conter uma prática variada e diferentes formas de execução.



Goalball, lançamento de dardo e vôlei sentado ajudam na inclusão de aluna com deficiência em escola do Pará. Impulsiona, 2024. Disponível em: <<https://impulsiona.org.br/esportes-inclusao-educacao-fisica/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.



Fonte: Impulsiona, 2024.

Modalidades adaptadas são uma ferramenta importante na promoção da inclusão na Educação Física. Ao promover práticas que considerem as individualidades estudantis, é possível obter diversos benefícios relacionados a saúde, seja física, mental ou social.





Experiência 4 - Circuito de atletismo auxilia na inclusão de estudante com baixa visão

A prática a seguir foi realizada por uma escola municipal de Salvador (BA), uma alternativa criada pela professora de Educação Física em parceria com outros professores, objetivando incluir uma estudante com baixa visão nas atividades esportivas coletivas. Confira:



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Favorecer a interação entre o público discente para incluir uma estudante com baixa visão em atividades esportivas coletivas.
Habilidades	EF67EF03: Essa experiência se alinha a essa habilidade pois visa a experimentação e fruição de esportes de marca (entre outros), valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
O que fizeram?	Logo após um mapeamento das necessidades e potencialidades de uma estudante com baixa visão, a proposta em questão envolveu uma grande variedade de movimentos e percursos adaptados do Atletismo, possibilitando a participação do maior número de estudantes. A professora primeiro apresentou os movimentos de forma individual, e posteriormente, os discentes executaram em grupos, entretanto, usando vendas de TNT para vivenciarem um pouco a baixa visão da colega deles, além de estimular outros sentidos. As práticas foram vivenciadas na seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> • Corridas em ziguezague contornando pequenos cones em fileira; • Desviar de garrafas penduradas no teto com pequenas cordas; • Saltos com barreiras utilizando cabos de vassoura em cones; • Cambalhotas em placas de EVA; • Arremesso de peso com bambolês em cones.
Sugestões para adaptação	Essa modalidade fornece uma gama de possibilidades de adaptações possíveis com diferentes tipos de exercícios e práticas. Como por exemplo a corrida com revezamento utilizando de objetos simples no lugar do bastão (apagador, pincel, garrafas pequenas, etc), podendo ser em dupla, com um estudante auxiliando ou guiando outro com alguma limitação ou necessidade específica.

 Circuito de atletismo auxilia inclusão de estudante com baixa visão. DIVERSA, 2024. Disponível em: <<https://impulsiona.org.br/escola-nos-estados-unidos-promove-educacao-fisica-nos-corredores/>>. Acesso em: 16 nov. 2024. 

Adaptar práticas esportivas em circuitos para incluir estudantes com necessidades específicas, limitações físicas e/ou procedimentais de forma consciente e organizada é uma excelente estratégia promotora de saúde que busca tanto a Inclusão quanto o desenvolvimento do Letramento Corporal do público estudantil no ambiente escolar.



Experiência 5 - Corfebol e equidade de gênero

A experiência seguinte foi realizada por um professor de Educação Física com estudantes dos anos finais do ensino fundamental de uma escola municipal de Caruaru - PE. Sua ideia foi possibilitar a equidade de gênero nas atividades práticas, além de oportunizar aos estudantes uma cultura esportiva diferente.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Promover a equidade de gênero nas aulas de Educação Física mediante uma nova cultura para os estudantes através da prática esportiva.
Habilidades	EF67EF07: Essa experiência se alinha a essa habilidade da BNCC pois propõe a produção de alternativas para experimentação de esportes não disponíveis ou acessíveis na comunidade.
O que fizeram?	O professor decidiu trazer o Corfebol para seus discentes visando tornar a aula mais inclusiva, pois nessa modalidade as equipes devem ser mistas, o que promove a equidade de gênero. Nesse esporte, de origem Holandesa, o objetivo é marcar gols em uma cesta elevada, semelhante à cesta de basquete, mas com a peculiaridade de não ter a tabela. Primeiro, o professor teve que adaptar os materiais a serem utilizados, fabricando a cesta em uma serralheria e utilizando bolas de futebol doadas. Em seguida, foram apresentadas algumas características gerais do esporte, como história e regras, contando com a ajuda de mídias digitais. E por fim, a prática em si, que segundo o docente, foi um grande sucesso, com a participação e colaboração de cada estudante.
Sugestões para adaptação	A prática de Corfebol pode ser adaptada em escolas com poucos recursos usando bambolês ou cestas de lixo como cestas e bolas disponíveis. A modalidade pode ser jogada em diferentes espaços e a inclusão de equipes mistas reforça a equidade de gênero, promovendo cooperação e inclusão entre os estudantes.



Professor faz sucesso ao levar o Corfebol para escola municipal de Caruaru. Impulsiona, 2024. Disponível em: <<https://impulsiona.org.br/corfebol-escola-equidade-de-genero/>>. Acesso em: 25 Jul. 2024.



O Corfebol incentiva o trabalho em equipe e interações saudáveis, essenciais para a promoção da Inclusão, já que promove um ambiente de cooperação para a prática de atividade física. Além disso, pode-se aproveitar de momentos oportunos para discussões sobre a questão de gênero nas práticas corporais com a turma, esclarecendo que é um aspecto importante na promoção da saúde.



REFERÊNCIAS

BARBANTI, V. J. Aptidão física relacionada à saúde: manual de testes. Brasília, DF: SEED/MEC, 1983.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 218, de 6 de março de 1997. Dispõe sobre reconhecer os profissionais de Educação Física como da área da Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 mar. 1997. Seção 1, p. 4334.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão Lançamento Virtual (Provisória). Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DIVERSA (Organização). Educação Inclusiva. 2024. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

INSTITUTO PENÍNSULA. Impulsiona: educação esportiva. 2024. Disponível em: <https://impulsiona.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. Portas abertas para inclusão: educação física inclusiva. 2016. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/portas-abertas/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MENDES, R. H. Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Caderno de desenvolvimento humano sobre escolas ativas no Brasil: 2016. Brasília: PNUD; INEP, 2016. 68 p. il., gráfs. color. ISBN 978-85-88201-33-0.

SIQUEIRA, M. F.; CHICON, J. F. Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2016.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

_____. Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

_____. Diretrizes em educação física de qualidade (EFQ) para gestores de políticas. Brasília: UNESCO, 2015.



VERSÃO DE AVALIAÇÃO

PROMOVE

Escolas + Saudáveis

APÊNDICE C – VERSÃO FINAL DO PRODUTO EDUCACIONAL

Módulo 4: Experiências pedagógicas de integração da saúde no currículo escolar

139

Educação Física

A Educação Física, segundo Barbanti (1983), é uma prática pedagógica que utiliza do movimento corporal como meio para adquirir conhecimento e atitudes que contribuem para um bom desenvolvimento e bem-estar. A BNCC fornece um olhar específico para esse componente curricular, estabelecendo-a como uma disciplina essencial para a formação integral estudantil na Educação Básica (Brasil, 2017).



Com o desenvolvimento da ciência no campo da Saúde, a Educação Física passou a ser considerada essencial tanto na promoção da saúde quanto na prevenção de doenças. Nesse sentido, profissionais e professores desse componente curricular foram reconhecidos oficialmente pelo Conselho Nacional de Saúde - resolução nº 218 de 6 de março de 1997 como Profissionais de Saúde (Brasil, 1997).

A Educação Física na BNCC trata de práticas corporais sistematizadas em unidades temáticas e objetos de conhecimento para o Ensino Fundamental, fornecendo experiências motoras diversas, sociais, humanas, éticas e estéticas, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades específicas, e por consequência, **benefícios gerais à promoção de saúde**, tais como:

- **Desenvolvimento de habilidades motoras e capacidades físicas:** práticas corporais fornecem benefícios físicos diversos, como a melhoria cardiovascular a um melhor desempenho na execução de tarefas.
- **Socialização:** atividades físicas em grupo propiciam a cooperatividade, interações sociais, comunicação, etc.
- **Bem-estar físico e mental:** a vivência em práticas corporais libera substâncias neurotransmissoras, como a endorfina, que causam sensação de alívio e bem-estar geral, amenizando o estresse.
- **Valorização do cuidado de si e do próximo:** a Educação Física favorece a adoção de hábitos saudáveis e uma construção positiva da imagem corporal. Além disso, mediante as práticas corporais, otimiza a solidariedade e responsabilidade, contribuindo para a formação de pessoas cientes de linguagem corporal, solidariedade e autonomia.

Portanto, a disciplina de Educação Física possui um papel fundamental na promoção da saúde de estudantes, afinal, mediante o incentivo à prática de atividade física, contribuimos imensamente no desenvolvimento das nossas crianças e jovens, conferindo mais qualidade de vida e bem-estar.

Vale lembrar que a disciplina de Educação Física não é a única responsável por promover uma escola ativa. De acordo com o Caderno de Desenvolvimento Humano sobre Escolas Ativas no Brasil, a promoção de atividades físicas deve ser integrada ao cotidiano escolar como um todo, abrangendo momentos antes, durante e após as aulas. Isso envolve ações que vão além das aulas de Educação Física, com a participação de toda a comunidade escolar, incluindo professores de outras disciplinas, gestores, familiares e o próprio corpo discente, para criar um ambiente que incentive práticas ativas e saudáveis (PNUD, 2016).



Clique aqui para ter acesso ao documento.



“As oportunidades para prática de atividade física são um direito essencial de toda criança e jovem, e sua provisão é responsabilidade dos pais, da comunidade local, do sistema educacional e da sociedade como um todo (PNUD, 2016).”

Um dos objetivos da Educação Física na escola deve ser a promoção da saúde e o bem-estar do público estudantil, afinal a prática regular de atividade física pode prevenir o desenvolvimento de problemas de saúde como obesidade, diabetes, hipertensão, depressão, entre muitos outros (Silva e Niquini, 2021). Além disso, a Educação Física contribui para a construção de uma vida equilibrada em seus aspectos físicos, emocionais e sociais ao desenvolver habilidades motoras essenciais para a prática de lazer e esporte, fortalecer a autoestima, incentivar a formação de vínculos sociais afetivos positivos que promovem a empatia, a cooperação e o senso de pertencimento.

Vale destacar que é importante considerar a **ludicidade** como fundamental no processo de ensino da Educação Física com a temática de saúde na escola, sem tratar da aula como uma sessão de treinamento nas quais esse componente curricular também atua, exacerbando o aspecto técnico e competitivo.

Por fim, observamos que as práticas dessa disciplina visam e têm como concepção também aspectos relacionados ao desenvolvimento e manutenção de saúde. Logo, é fato que exercício e atividade física geram benefícios à saúde, mas, em termos práticos, como implementar na escola de modo a atrair nosso grupo de estudantes, fazendo com que pratiquem, de forma lúdica, aprendam e usufruam dos benefícios relacionados à saúde como um todo?

Nesse sentido, serão apresentadas dois conceitos fundamentais que visam uma educação integral e que incorporam também objetivos relacionados à saúde: **Educação Física Inclusiva e Letramento Corporal**.



Educação Física Inclusiva

A esse ponto, podemos entender brevemente a importância da Educação Física no processo de educação em saúde no ambiente escolar. Por meio de ações pedagógicas, como as experiências que serão apresentadas mais à frente, fortalecemos o bem-estar físico, mental e social dos nossos discentes, potencializando a conscientização a respeito da importância da manutenção de uma vida ativa e saudável.



Nesse sentido, antes de avançarmos, é importante frisar que para que haja sucesso nesse sentido, é preciso considerar a inclusão como o cerne de todo o processo.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a **Educação Inclusiva** diz respeito ao direito de todas as crianças e jovens à educação de qualidade, independente de quaisquer diferenças. Um direito que, posteriormente, deu início a política de Educação para Todos - Declaração Mundial de Jomtien (Brasil, 1990), ganhando força com a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), entre outros marcos históricos que fortalecem essa tendência de Educação ancorada em uma perspectiva inclusiva.

Com isso, percebemos que a inclusão está presente em documentos importantes devido a demandas de movimentos históricos, e a comunidade escolar como um todo tem o dever de concretizá-lo na prática. As diretrizes e marcos legais, apresentados no Módulo 1, baseiam e fortalecem o processo de Educação Física Inclusiva na escola. Vejamos o que dizem alguns desses documentos em relação a essa visão educativa:

- **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):** estabelece que a Educação Física deve incluir todos os estudantes, independentemente de suas características, com equidade na participação e oportunidades (Brasil, 1990).
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN):** determina que o acesso à educação deve ser garantido a todos, objetivando a cidadania, desenvolvimento e a preparação para o trabalho (Brasil, 1996).
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** reconhece a importância das práticas corporais de movimento para o desenvolvimento integral estudantil, enfatizando a necessidade de valorizarmos a diversidade (Brasil, 2017).
- **Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC):** reconhece a importância da Educação Física para o desenvolvimento integral do público discente, destacando a necessidade de promover práticas corporais inclusivas, valorizando a diversidade (Ceará, 2019).



- **Política Nacional de Educação Especial (PNEE):** visa garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes em um sistema que seja inclusivo; entre diversos outros (Brasil, 2020).
- **Diretrizes em Educação Física de Qualidade (EFQ):** no âmbito internacional, cabe lembrar este documento que também enfatiza a perspectiva Inclusiva da Educação Física (UNESCO, 2015).



[Clique aqui para ter acesso ao documento](#)

A iniciativa do EFQ se deu, principalmente, em decorrência do grande aumento do sedentarismo por parte de jovens em todo o planeta, e esse aumento de inatividade física, além de gerar prejuízos físicos, também gera agravos na saúde mental e social. A política de EFQ fornece exemplos de possibilidades de ações e uma **matriz de políticas para desenvolver a EFQ**.

Outro bom exemplo de política exitosa referente a Educação Física Inclusiva é o projeto Portas Abertas para inclusão, uma iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes em conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esse projeto contribui na realização de cursos de formação sobre Educação Física em uma perspectiva inclusiva, voltado tanto para docentes quanto para gestores e outros membros da comunidade escolar.



[Clique aqui e saiba mais sobre o projeto](#)

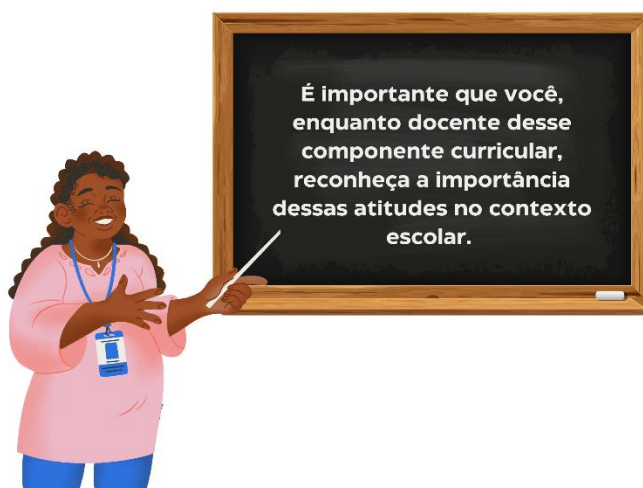
Desse modo, é importante conhecermos e considerarmos alguns dos princípios e diretrizes da Educação Inclusiva para nos ajudar a sistematizar ações pedagógicas na Educação Física Escolar, a esse respeito, sobre alguns dos principais princípios (Mendes, 2020), tem-se:

- **Toda pessoa tem o direito de acesso à educação:** todos têm o direito de aprender em ambiente escolar acolhedor, independentemente de suas características, habilidades ou necessidades.
- **Toda pessoa aprende:** cada estudante possui suas particularidades e merece a oportunidade de aprender de acordo com suas capacidades.
- **O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular:** deve-se valorizar e considerar as individualidades pedagógicas de cada estudante.
- **O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos:** a diversidade e características de cada estudante promove empatia, cooperação e respeito.

- **A Educação Inclusiva diz respeito a todos:** visa atender a todos, independentemente de quaisquer características, e não apenas aos estudantes com deficiência.

Os princípios supramencionados fortalecem a necessidade de reconhecermos a diversidade humana, acolhendo todas as diferenças na escola, atendendo as necessidades do público estudantil com respeito e equidade nas ações, contribuindo em seu desenvolvimento pleno (Brasil, 2001).

A Educação Física Inclusiva deve respeitar a diversidade cultural do movimento, possibilitando ao estudante expandir seu repertório de conhecimentos, habilidades e atitudes (Siqueira; Chicon, 2016). Refletir sobre a Educação Física Inclusiva promove o acesso, a participação e o aprendizado de cada pessoa, um processo no qual o corpo docente e a comunidade escolar devem se adaptar às demandas educacionais discentes (Alves e Fiorini, 2018).



Pois bem, vimos que a Educação Física Inclusiva tem um papel essencial na formação estudantil e promoção da saúde. Agora, vamos explorar algumas experiências reais exitosas com esse componente curricular na perspectiva da educação inclusiva.

Experiência 1 - Circuito de práticas inclusivas entre escola e comunidade

Graças ao conhecimento adquirido no curso Portas Abertas para inclusão, apresentado anteriormente, o projeto denominado “Abraçando o mundo”, foi realizado em uma instituição de ensino em Porto Alegre – RS, no ano de 2016. Esse projeto efetuou reuniões temáticas locais que culminaram em um evento de práticas de jogos inclusivos.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Desenvolver práticas colaborativas e inclusivas entre instituição de ensino e comunidade, otimizando conhecimento e sensibilização sobre a importância da inclusão.
Habilidades	EF35EF03 e EF35EF04: Essa experiência se alinha a essas habilidades da BNCC pois visa a descrição e vivência, por meio de múltiplos tipos de linguagem, brincadeiras e jogos diversos. Além de recriá-los e experimentar tanto na escola quanto fora dela, valorizando a cultura e toda a diversidade presente.
O que fizeram?	O projeto envolveu a realização de circuitos de jogos com grupos diversos da comunidade, com diferentes idades, com e sem deficiência, dentre outras características. As práticas envolveram a realização de brincadeiras de imitação, estátua, desenhos criativos com pincéis e tinta, práticas de canto, etc. Também houve um espaço e momento para esportes flexibilizados com adaptações, como o vôlei sentado, vôlei cego, futebol de mãos dadas, futebol vendado e basquete de joelhos. O encontro foi finalizado com o manuseio de um tecido grande, que representou, de forma metafórica, o planeta e a convivência com as diferenças.
Sugestões para adaptação	Outras atividades podem ser inseridas no circuito, como o bocha, futebol de 5, goalball, além de práticas de culturas diversas, como a indígena, africana, entre outras. Ao promover práticas corporais que considerem a diversidade, bem como as necessidades individuais de cada estudante, é possível alcançar benefícios significativos para a saúde física, mental e social de todos.



Circuito de brincadeiras inclusivas une instituições e comunidade. DIVERSA, 2024. Disponível em: <<https://diversa.org.br/relatos-de-experiencias/projeto-inclusivo-ensina-jogos-e-programacao/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.



Práticas corporais inclusivas são ferramentas indispensáveis para promoção de saúde e bem-estar do público discente. Além disso, a criação de ambientes acolhedores e atividades adaptadas, garante mais oportunidades para que os nossos estudantes possam se movimentar mais.



Experiência 2 - Jogos escolares inclusivos

Essa experiência foi realizada por uma professora de Educação Física da escola CIEP 137 Cecília Meireles, Petrópolis - RJ, em 2019. A docente e um grupo de estudantes perceberam que a comunidade local era bem diversificada e juntos tiveram a ideia de proporcionar uma experiência de jogos escolares inclusiva, de forma a possibilitar a participação de cada estudante que possua alguma deficiência.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Proporcionar uma experiência de jogos escolares inclusiva, de forma a possibilitar a participação de estudantes com deficiência, sem exclusão.
Habilidades	EF67EF07: Essa experiência se alinha a essa habilidade específica da BNCC pois sugere a construção coletiva de normas que viabilizam a participação de todos nas práticas, além da promoção de saúde.
O que fizeram?	A professora orientou a turma da escola CIEP Cecília Meireles a irem às unidades escolares da cidade de Petrópolis (RJ), explicando o projeto e efetuando a inscrição de discentes com e sem deficiência. Então, com uso de um questionário estruturado simples, objetivando entender melhor sobre as especificidades de cada estudante, e com isso atenuar ou eliminar barreiras, foram feitas adaptações nas atividades, como por exemplo: nas provas de atletismo (arremesso de peso com o diâmetro da área maior, pesos reduzidos); outras práticas, como o bocha, esportes coletivos de equipes mistas com regras que incluem estudantes com deficiência nas jogadas etc.
Sugestões para adaptação	Mesclar equipes e propor adaptações nas regras, além de espaço físico e material, são uma ótima opção para promoção da inclusão nas aulas de Educação Física, como, por exemplo, a obrigatoriedade de haver a participação de cada discente nas jogadas, independente do gênero e se possui deficiência ou não.



Estudantes criam jogos esportivos inclusivos reunindo escolas do RJ. DIVERSA, 2024. Disponível em: <<https://diversa.org.br/relatos-de-experiencias/estudantes-criam-jogos-esportivos-inclusivos/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.



Fonte: Diversa (2024)

Criar estratégias pedagógicas para oportunizar a participação de cada estudante em práticas esportivas na escola é uma forma de valorizar a diversidade e incluir, fazendo com que todos possam usufruir dos benefícios relacionados a saúde e lazer, além de potencializar saberes.

Experiência 3 - Goalball, lançamento de dardo e vôlei sentado para inclusão de estudantes com deficiência

Essa experiência foi realizada por um professor de Educação Física de uma Escola de Ensino Técnico do Estado do Pará, objetivando incluir uma estudante com deficiência motora, adaptando para que os demais pudessem jogar sentados como a colega da turma.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Oportunizar a vivência em modalidades esportivas adaptadas para estudantes com deficiência, visando a inclusão.
Habilidades	EF35EF05 e EF67EF03 Essa experiência se alinha a essas habilidades da BNCC pois sugerem a experimentação e fruição de esportes diversos, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
O que fizeram?	<p>O professor decidiu usar três modalidades paralímpicas visando, principalmente, a inclusão de uma estudante com deficiência física:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vôlei sentado: similar ao vôlei tradicional, mas com uma regra principal - cada estudante deve estar sentado no chão para bater a bola. Fácil de utilizar, podendo ser praticado por todos. • Lançamento de dardo: uma das provas de atletismo na qual se deve arremessar um objeto pontiagudo o mais longe que puder. Na versão adaptada, cada estudante lançava um dardo feito de cabo de vassoura sentados em uma cadeira. • Goalball: uma modalidade criada para pessoas com deficiência visual, onde o objetivo principal é acertar e balançar mais vezes a rede adversária com uma bola com guizo. Nessa versão, estudantes jogaram vendados e cobriram uma bola de basquete com plástico para simular o barulho dos guizos.
Sugestões para adaptação	Circuitos inclusivos também são uma excelente estratégia para promover a participação de toda a turma, independentemente de suas habilidades ou limitações. Como exemplo prático, atividades com estações, onde cada estação deve conter uma prática variada e diferentes formas de execução.



Goalball, lançamento de dardo e vôlei sentado ajudam na inclusão de aluna com deficiência em escola do Pará, Impulsiona, 2024. Disponível em: <<https://impulsiona.org.br/esportes-inclusao-educacao-fisica/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.



Fonte: Impulsiona, 2024.



Modalidades adaptadas são uma ferramenta importante na promoção da inclusão na Educação Física. Ao promover práticas que considerem as individualidades estudantis, é possível obter diversos benefícios relacionados a saúde, seja física, mental ou social.

Experiência 4 - Circuito de atletismo auxilia na inclusão de estudante com baixa visão

A prática a seguir foi realizada por uma escola municipal de Salvador (BA), uma alternativa criada pela professora de Educação Física em parceria com outros professores, objetivando incluir uma estudante com baixa visão nas atividades esportivas coletivas.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Favorecer a interação entre o público discente para incluir uma estudante com baixa visão em atividades esportivas coletivas.
Habilidades	EF67EF03: Essa experiência se alinha a essa habilidade pois visa a experimentação e fruição de esportes de marca (entre outros), valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
O que fizeram?	Logo após um mapeamento das necessidades e potencialidades de uma estudante com baixa visão, a proposta em questão envolveu uma grande variedade de movimentos e percursos adaptados do Atletismo, possibilitando a participação do maior número de estudantes. A professora primeiro apresentou os movimentos de forma individual, e posteriormente, os discentes executaram em grupos, entretanto, usando vendas de TNT para vivenciarem um pouco a baixa visão da colega deles, além de estimular outros sentidos. As práticas foram vivenciadas na seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> • Corridas em ziguezague contornando pequenos cones em fileira; • Desviar de garrafas penduradas no teto com pequenas cordas; • Saltos com barreiras utilizando cabos de vassoura em cones; • Cambalhotas em placas de EVA; • Arremesso de peso com bambolês em cones.
Sugestões para adaptação	Essa modalidade fornece uma gama de possibilidades de adaptações possíveis com diferentes tipos de exercícios e práticas. Como por exemplo a corrida com revezamento utilizando de objetos simples no lugar do bastão (apagador, pincel, garrafas pequenas, etc), podendo ser em dupla, com um estudante auxiliando ou guiando outro com alguma limitação ou necessidade específica.

 Circuito de atletismo auxilia inclusão de estudante com baixa visão. DIVERSA, 2024. Disponível em: <<https://impulsiona.org.br/escola-nos-estados-unidos-promove-educacao-fisica-nos-corredores/>>. Acesso em: 16 nov. 2024. 

Adaptar práticas esportivas em circuitos para incluir estudantes com necessidades específicas, limitações físicas e/ou procedimentais de forma consciente e organizada é uma excelente estratégia promotora de saúde que busca tanto a inclusão quanto o desenvolvimento do Letramento Corporal do público estudantil no ambiente escolar.



Experiência 5 - Corfebol e equidade de gênero

A experiência seguinte foi realizada por um professor de Educação Física com estudantes dos anos finais do ensino fundamental de uma escola municipal de Caruaru - PE. Sua ideia foi possibilitar a equidade de gênero nas atividades práticas, além de oportunizar aos estudantes uma cultura esportiva diferente.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Promover a equidade de gênero nas aulas de Educação Física mediante uma nova cultura para os estudantes através da prática esportiva.
Habilidades	EF67EF07: Essa experiência se alinha a essa habilidade da BNCC pois propõe a produção de alternativas para experimentação de esportes não disponíveis ou acessíveis na comunidade.
O que fizeram?	O professor decidiu trazer o Corfebol para seus discentes visando tornar a aula mais inclusiva, pois nessa modalidade as equipes devem ser mistas, o que promove a equidade de gênero. Nesse esporte, de origem Holandesa, o objetivo é marcar gols em uma cesta elevada, semelhante à cesta de basquete, mas com a peculiaridade de não ter a tabela. Primeiro, o professor teve que adaptar os materiais a serem utilizados, fabricando a cesta em uma serralheria e utilizando bolas de futebol doadas. Em seguida, foram apresentadas algumas características gerais do esporte, como história e regras, contando com a ajuda de mídias digitais. E por fim, a prática em si, que segundo o docente, foi um grande sucesso, com a participação e colaboração de cada estudante.
Sugestões para adaptação	A prática de Corfebol pode ser adaptada em escolas com poucos recursos usando bambolês ou cestas de lixo como cestas e bolas disponíveis. A modalidade pode ser jogada em diferentes espaços e a inclusão de equipes mistas reforça a equidade de gênero, promovendo cooperação e inclusão entre os estudantes.



Professor faz sucesso ao levar o Corfebol para escola municipal de Caruaru. Impulsiona, 2024. Disponível em: <<https://impulsiona.org.br/corfebol-escola-equidade-de-genero/>>. Acesso em: 25 jul. 2024.



O Corfebol incentiva o trabalho em equipe e interações sociais saudáveis, essenciais tanto para a promoção da inclusão, já que promove um ambiente de cooperação para a prática de atividade física. Além disso, pode-se aproveitar de momentos oportunos para discussões sobre a questão de gênero nas práticas corporais com a turma, um aspecto importante na promoção da saúde e na formação estudantil.



Experiência 6 - Dança e educação antirracista: juventude, diversidade e possibilidades

Publicado na Revista Diversidade e Educação em 2021, este artigo apresenta um relato de experiência em dança com o movimento jazz, na rede Estadual do ensino médio em Belo Horizonte – MG.



Disciplina	EDUCAÇÃO FÍSICA
Objetivo	Identificar de que maneira o ensino de dança pode propor experiências educativas, para a juventude contemporânea, envolvendo uma educação antirracista e que valorize a diversidade.
Habilidades	EF67EF11 e EF67EF13: esta experiência tem relação com estas habilidades porque permitiu ao corpo discente experimentar, fruir e recriar o jazz como uma dança urbana, valorizando os sentidos e significados que ela carrega, especialmente em relação à cultura negra e afro-americana.
O que fizeram?	Na primeira aula, a turma assistiu a um vídeo sobre o evento Jazz Roots, que mostrou pessoas dançando livremente ao som de uma banda. Em seguida, discutiu-se a história do jazz, seu surgimento, influência na cultura negra e afro-americana, chegada ao Brasil e relação com outras danças e a periferia brasileira. Na segunda aula, foi realizada uma simulação das batalhas de jazz vista no vídeo. A partir dessa experiência, a turma decidiu organizar um festival na escola, que foi dividida em três grupos: dançarinos(as), responsáveis por divulgação e registro e responsáveis por organização e suporte. Assim, garantiu-se a participação de cada estudante de forma inclusiva, mesmo daqueles que não desejavam dançar. Com o suporte da rádio escolar, o festival ocorreu fora da sala de aula, envolvendo toda a comunidade escolar.
Sugestões para adaptação	Você pode explorar ritmos que tenham relevância cultural para a comunidade escolar, promovendo vivências práticas e reflexivas sobre suas origens, significados e elementos constitutivos. Outros ritmos, como samba, forró, hip-hop, funk, maracatu ou até estilos internacionais como salsa e flamenco, podem ser trabalhados de forma semelhante.



CARDILO, Camila Moura. Dança e educação antirracista: Juventude, diversidade e possibilidades. *Diversidade e Educação*, v. 9, n. 2, p. 772-790, 2021.



Essa atividade incentivou a liberdade de expressão e a criatividade por meio da dança, sendo inclusiva ao envolver toda a turma, independentemente de suas habilidades ou preferências, em diferentes papéis no evento. Além disso, trouxe uma discussão relevante sobre as potencialidades da cultura negra, valorizando sua importância histórica e social, promovendo respeito à diversidade e fortalecendo a saúde emocional e social ao construir um ambiente de acolhimento, troca e celebração coletiva.



REFERÊNCIAS

BARBANTI, V. J. Aptidão física relacionada à saúde: manual de testes. Brasília, DF: SEED/MEC, 1983.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 218, de 6 de março de 1997. Dispõe sobre normas e diretrizes para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 1997. Seção 1, p. 4334.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

CARDILO, Camila Moura. Dança e educação antirracista: Juventude, diversidade e possibilidades. Diversidade e Educação, v. 9, n. 2, p. 772-790, 2021.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão Lançamento Virtual (Provisória). Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

DIVERSA (Organização). Educação Inclusiva. 2024. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GONZAGA E SILVA, L.; MARA NIQUINI, C. Educação física escolar e a promoção da saúde: o que nos dizem os professores sobre suas práticas educativas? Revista Temas em Educação, João Pessoa, v. 30, n. 2, p. 19-38, 31 maio 2021.

INSTITUTO PENÍNSULA. Impulsiona: educação esportiva. 2024. Disponível em: <https://impulsiona.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. Portas abertas para inclusão: educação física inclusiva. 2016. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/portas-abertas/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MENDES, R. H. Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

Escolas + Saudáveis

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Caderno de desenvolvimento humano sobre escolas ativas no Brasil: 2016. Brasília: PNUD: INEP, 2016. 68 p. Il., gráfs. color. ISBN 978-85-88201-33-0.

SIQUEIRA, M. F.; CHICON, J. F. Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2016.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

UNESCO. Defendendo o desenvolvimento de políticas inclusivas de Educação Física de Qualidade: um resumo da política. Paris: UNESCO, 2015.



PROMOVE
Escolas + Saudáveis

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulada **“ESCOLAS PROMOTORAS DA SAÚDE: TECNOLOGIAS PARA O FORTALECIMENTO E A INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO INTEGRAL.”** coordenado pelo pesquisador **Prof. Dr. Valter Cordeiro Barbosa Filho**, docente permanente da Universidade Estadual do Ceará.

Nesse estudo, pretendemos: Desenvolver e implementar tecnologias para fortalecer políticas públicas, programas e ações de saúde na escola que sejam alinhadas aos princípios de uma Escola Promotora da Saúde, como proposto pela Organização Mundial da Saúde, e avaliar sua efetividade de ações para melhorar o estilo de vida saudável e a qualidade de vida em estudantes matriculados em uma rede pública municipal de Tempo Integral em Fortaleza, Ceará.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a necessidade de projetos que ajudem a comunidade escolar a criar, implementar e avaliar tecnologias que sirvam para melhorar o trabalho na escola, a vida e o bem-estar da população e a qualidade da Educação no Estado como locus da promoção da saúde.

Sua participação consistirá em **participar de curso de formação, além de implementar e avaliar ações de promoção da saúde na escola**, as quais serão ofertados, apoiadas e supervisionadas por uma equipe de pesquisadores, profissionais e/ou acadêmicos de cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) e graduação em saúde. A sua participação nestas atividades ocorrerá durante as atividades da rotina escolar que envolvam a formação (planejamento) e em horários livres, com um tempo médio de aproximadamente 1 hora para o desenvolvimento nestas atividades.

A sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir. Tal recusa não trará prejuízos em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que trabalha. Há riscos quanto a sua participação sendo esses o estresse e o cansaço ao responder às perguntas. Assim, caso necessário, você poderá realizar uma breve pausa para descanso. Tudo foi planejado para minimizar os riscos da sua participação, porém se sentir desconforto emocional, dificuldade ou desinteresse poderá interromper a participação e, se houver interesse, conversar com o pesquisador.

Os participantes terão acesso aos resultados da pesquisa após sua finalização, através de teses, dissertações, artigos científicos e outros. A a sua participação pode contribuir para o planejamento e execução de políticas e programas ações de saúde na escola. Outra relevância científica e social do presente projeto é auxiliar na transformação da escola e da rede escolar como locus da promoção da saúde.

Serão garantidos o sigilo de identidade e privacidade dos dados coletados durante todas as fases da pesquisa. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Conforme prevê a resolução 510/2016 em seu Art. 2 O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito à assistência e a buscar indenização". Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão destruídos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o pesquisador responsável Dr. Valter Cordeiro Barbosa Filho, Professor da Universidade Estadual do Ceará do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Contato: [REDACTED], E-mail:valter.filho@uece.br, e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, localizado na Av. Dr. Silas Munguba, 1700, Campus do Itaperi, Fortaleza-Ceará-UECE. CEP 60.714903- Fone. 3101.9890. Email: cep@uece.br. Horário de funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h de segunda a sexta.

Acordando com esse Termo de Consentimento, você autoriza o(a) pesquisador(a) a utilizar os dados coletados em ensino, pesquisa e publicação, estando a sua identidade preservada.

Você concorda com o TCLE? **Sim** () **Não** ()

Assinatura do participante da pesquisa

Valter Cordeiro Barbosa Filho
Assinatura do pesquisador responsável

**ANEXO B – INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DE APARÊNCIA DE
TECNOLOGIA EDUCACIONAL EM SAÚDE (IVATES)**

ITENS	1	2	3	4	5
1. As ilustrações estão adequadas para o público-alvo.					
2. As ilustrações são claras e transmitem facilidade de compreensão.					
3. As ilustrações são relevantes para compreensão do conteúdo pelo público-alvo.					
4. As cores das ilustrações estão adequadas para o tipo de material.					
5. As formas das ilustrações estão adequadas para o tipo de material.					
6. As ilustrações retratam o cotidiano do público alvo da intervenção.					
7. A disposição das figuras está em harmonia com o texto.					
8. As figuras utilizadas elucidam o conteúdo do material educativo.					
9. As ilustrações ajudam na exposição da temática e estão em uma sequência lógica.					
10. As ilustrações estão em quantidade adequadas no material educativo.					
11. As ilustrações estão em tamanhos adequados no material educativo.					
12. As ilustrações ajudam na mudança de comportamentos e atitudes do público alvo.					

Nota: valoração dos itens: 1=discordo totalmente, 2=discordo, 3=discordo parcialmente, 4=concordo e 5=concordo totalmente.

Fonte: Souza, Moreira e Borges (2020).

**ANEXO C – INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO EDUCATIVO
EM SAÚDE (IVCES)**

OBJETIVOS: propósitos, metas ou finalidades	0	1	2
1. Contempla tema proposto			
2. Adequado ao processo de ensino-aprendizagem			
3. Esclarece dúvidas sobre o tema abordado			
4. Proporciona reflexão sobre o tema			
5. Incentiva mudança de comportamento			
ESTRUTURA/APRESENTAÇÃO: organização, estratégia, coerência e suficiência	0	1	2
6. Linguagem adequada ao público-alvo			
7. Linguagem apropriada ao material educativo			
8. Linguagem interativa, permitindo envolvimento ativo no processo educativo			
9. Informações corretas			
10. Informações objetivas			
11. Informações esclarecedoras			
12. Informações necessárias			
13. Sequência lógica das ideias			
14. Tema atual			
15. Tamanho do texto adequado			
RELEVÂNCIA: significância, impacto, motivação e interesse	0	1	2
16. Estimula o aprendizado			
17. Contribui para o conhecimento na área			
18. Desperta interesse pelo tema			

Nota: valoração dos itens: 0 = discordo; 1 = concordo parcialmente; 2 = concordo totalmente.

Fonte: Leite et al (2018).